



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DO SERTÃO
BACHARELADO EM AGROINDÚSTRIA**

SAMUEL CARLOS PEREIRA LIMA

**AGRICULTURA CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO
DOS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DE SERGIPE**

**Nossa Senhora da Glória
2022**

SAMUEL CARLOS PEREIRA LIMA

**AGRICULTURA CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO
DOS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DE SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Agroindústria da Universidade Federal
de Sergipe, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Agroindústria.

Orientadora: Dra. Jane Delane R. P. Souza

Nossa Senhora da Glória

2022

RESUMO

A agricultura camponesa estabelece seu próprio modo de produzir e de viver no campo. A produção é feita pela família em pequenas áreas de terra, tendo a agroecologia e a diversidade produtiva como prioridade, criando seu modo próprio de vida comunitária. Com a pandemia de COVID-19 diversas crises já existentes se agravaram, gerando impactos à vida das famílias camponesas. A questão central dessa pesquisa foi analisar as estratégias de enfrentamentos aos efeitos da pandemia, adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem-terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe (ACOPASE), a rede Balaio e Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que representam a agricultura camponesa no estado de Sergipe. Metodologicamente foi utilizado o estudo bibliográfico, e a realização de entrevistas semiestruturadas, ao todo foram entrevistadas seis lideranças destas organizações. Constatou-se que a pandemia aprofundou a crise civilizatória já existente no mundo e no Brasil, tendo como principais efeitos na vida da população a fome, desemprego, evasão escolar, fechamento de feiras livres, interferência nas relações sociais e consecutivamente o aumento da pobreza. Demonstrou-se também a incapacidade do estado brasileiro em apresentar ações que capaz de responder os impactos causados, tanto no âmbito da crise sanitária, social, econômica e política, Evidencia-se o papel fundamental que as organizações sociais cumpriram e vem cumprindo no enfrentamento a estes efeitos através de suas estratégias de prevenção e combate ao vírus com campanhas e estímulo aos cuidados pessoais, no campo da reivindicação de políticas públicas e ações do estado para a superação destas crises, na construção de mecanismos autônomos de produção e comercialização dos produtos dos camponeses e camponesas e na criação de campanhas de solidariedade levando alimentos saudáveis a famílias em situação de fome neste momento de crises que interfere na qualidade de vida da população. Por fim, fica evidente a atuação do estado brasileiro de forma desigual na garantia de direitos básicos humanos nos últimos períodos, demonstrando a incapacidade das políticas neoliberais e do modelo hegemônico do sistema alimentar brasileiro em dar resposta às necessidades humanas.

Palavras-chave: Associações. Soberania alimentar. Abastecimento popular.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

FETASE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

STR,s – Sindicato de Trabalhadores Rurais

ACOPASE – Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe

EPS – Economia Popular e Solidária

P1MC - Um Milhão de Cisternas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 Agricultura camponesa	10
2.2 Contextualização histórica da agricultura camponesa no Brasil.....	12
2.3 Agricultura camponesa, Agronegócio e a Agricultura familiar.....	15
2.4 Contexto de pandemia e os impactos na agricultura camponesa.....	17
2.5 Pandemia, soberania alimentar e abastecimento popular	18
2.6 Abastecimento alimentar popular e circuito curtas no contexto de pandemia.....	20
3. OBJETIVO	21
3.1 Objetivo geral.....	21
3.2 Objetivos específicos	21
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	22
4.1 Pesquisa bibliográfica	22
4.2 Pesquisa de campo	22
4.3 Análise dos dados coletados	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
5.1 Organizações que atuam com a agricultura camponesa em Sergipe: Histórico de Luta e Resistência no Campo Sergipano.....	23
5.1.1 Movimento dos Pequenos Agricultores e a luta por terra, trabalho e justiça.	24
5.1.2 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e luta por reforma agrária no Brasil.....	25
5.1.3 Articulação do Semiárido Brasileiro e a Convivência com o Semiárido.	26
5.1.4 A Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe.	27
5.1.5 Rede Balaio: na construção da economia solidária e popular.	29
5.2 Efeitos para a agricultura camponesa em Sergipe na pandemia de COVID-19.	29
5.3 Ações governamentais e políticas públicas emergenciais	33
5.4 Ações e estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia pelas organizações representativas da agricultura camponesa em Sergipe.....	38
6. CONCLUSÕES	43
7. REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

“A agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma forma diferenciada de vida comunitária” (GÖRGEM,2019). Neste sentido, estabelece seu próprio modo de produzir e de viver em comunidade, produzindo alimentos em pequenas áreas de terra, priorizando a agroecologia e a diversidade produtiva para o autoconsumo das famílias camponesas. O trabalho é familiar não assalariado e não capitalizado.

No Brasil, o campesinato e a agricultura camponesa em sua trajetória são marcados pelas diversas tentativas de extermínio da sua existência, como a colonização portuguesa, a Lei de terras de 1850, abolição da escravatura em 1888, a revolução industrial da década de 1930, revolução verde de 1960 e atualmente o agronegócio. Os camponeses tiveram sua terra e territórios apropriados, sua mão de obra explorada, sua identidade cultural negada, entre outras formas de opressão. Apesar de todas as tentativas de acabar com sua existência, o campesinato continuou existindo e resistindo a todas essas ameaças. (LEWER, 2016, p. 16 e GÖRGEM, 2017, p. 36-37)

Atualmente, o agronegócio que representa o capitalismo no campo, vem fazendo fortes ofensivas ideológicas e econômicas à agricultura camponesa, causando erosão cultural, dependência dos camponeses a insumos externos, dependência de crédito, das multinacionais etc. levando ao endividamento e empobrecimento dos camponeses. (MPA, 2013, p. 13-19)

O agronegócio se consolidou o modelo dominante da agricultura capitalista, sendo um dos responsáveis pela crise social evidenciada na pandemia que afeta exclusivamente as classes oprimidas do campo e da cidade, gerando, insegurança alimentar, ausência de moradia, serviços de saúde adequado e outros serviços básicos, são alguns dos impactos causados por esse modelo. Além dos impactos provocados por seu modo de produção que destrói a natureza, elimina biodiversidade e cria sistemas agroalimentares para a produção de commodities, degradação ambiental e doenças. (FERNANDES et al., 2021)

Com a pandemia de COVID-19, as diversas crises já existentes fruto do sistema capitalista que no campo é representado pelo agronegócio se agravaram, gerando impactos imensuráveis à vida humana. Trazendo à tona a crise civilizatória que vivemos, fruto do capitalista e da colonização do país, que coloca o lucro como seu principal objetivo gerando desequilíbrio ambiental, social, econômica, entre outras. Tornando visível as práticas de

violência e opressão que são invisibilizada no cotidiano, ocultando outras possibilidades de liberdade e transformação concreta da realidade. (Porto, 2020, p. 2-10)

Um dos impactos causados pela pandemia foi o fechamento de feiras livres e outros canais de comercialização direta utilizado pelos camponeses, afetando a renda das famílias camponesas consequentemente a qualidade de vida das mesmas. Atuando neste sentido algumas organizações e movimentos camponeses vêm agindo através de duas estratégias de enfrentamento aos impactos desta crise e pela construção da autonomia dos camponeses. Uma das estratégias é em torno da reivindicação do cumprimento das políticas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e a criação de novas políticas e leis de estruturação da agricultura camponesa, por entender que o estado tem o dever de contribuir com políticas públicas voltadas ao povo do campo e da cidade a superar estas crises. A outra estratégia é a construção de redes autônomas e alternativas de abastecimento popular de alimentos, fortalecendo as relações sociais, econômicas e culturais entre as famílias camponesas, produtoras urbanas e os consumidores de forma independente do estado e das organizações capitalistas, fazendo com que a produção de forma agroecológica pelos camponeses cheguem às famílias de trabalhadores na cidade. (CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 2020)

Em Sergipe, podemos citar como exemplo a experiência da rede Balaio e da rede Raízes do Brasil - Sergipe que são construção da Caritas Brasileira Nordeste III e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que durante a pandemia vem construindo a experiência da cesta camponesa. Os alimentos agroecológicos produzidos são levados para Aracaju, Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco no formato de *Delivery*, criando canais alternativos de comercialização contribuindo para a autonomia dos agricultores e agricultoras do estado. (RAIZES DE BRASIL, 2021)

A partir desta pesquisa, pode-se obter um panorama dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19 e as estratégias adotadas para superá-los por parte de cinco das organizações que atuam com a agricultura camponesa no estado de Sergipe, considerando o contexto histórico das mesmas, a delimitação geográfica de atuação no estado, relatos das ações governamentais e políticas públicas emergenciais disponíveis para a agricultura camponesa no contexto da pandemia, e as estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 por partes das organizações, com isso proporcionar maior reflexões em torno dos efeitos da pandemia e as estratégias de enfrentamento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agricultura camponesa

A agricultura camponesa não é apenas definida pela sua forma de produzir associando a produção animal e vegetal de forma agroecológica garantido a diversidade produtiva, ela também é definida e caracterizada pelo modo de ser e se viver no campo pelas famílias camponesa com sua cultura própria de relação com a natureza e uma forma diferenciada de vida comunitária. (GÖRGEM,2019, p. 9)

Segundo Costa:

Agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (Costa, 2000, p. 116-130).

Para Lanni (2004), “A comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser camponês, a singularidade do seu movimento social. É precisamente aí que está a sua força”. O fato do campesinato construir seu próprio modo de ser, de viver em comunidade, com sua cultura, uma visão do trabalho, do produto e da divisão do produto do trabalho é que lhe torna uma força expressiva, apontando a continuidade da sua existência como classe social de relevância na transformação da sociedade. (LANNI, 2004)

Neste sentido, a agricultura camponesa estabelece seu próprio modo de produzir e de viver em comunidade. Produzindo alimentos em pequenas áreas de terras priorizando a diversidade produtiva para o autoconsumo das famílias camponesas. O trabalho é familiar não assalariado e não capitalizado. Assim, construí seu espaço de liberdade com suas próprias formas de relações econômica, social, política e cultural, que lhes possibilitam a reprodução social de suas famílias e de seu modo de produzir e de viver no campo. Reafirmando a sua existência e resistência a todas tentativas de sua extinção (GÖRGEM, 2019). A sua diversidade inclui diversos sujeitos, desde os camponeses proprietários privados de terras, os posseiros, os povos das florestas, os agroextrativistas, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiras, as quebradeiras de coco babaçu, os

camponeses quilombolas, os indígenas entre outros povos que formam o campesinato brasileiro (CARVALHO, 2004).

A expressão agricultura camponesa comporta, na sua concepção, a especificidade camponesa e a construção da sua autonomia relativa em relação aos capitais. Incorpora, portanto, um diferencial: a perspectiva maior de fortalecimento dos camponeses pela afirmação de seu modo de produzir e de viver, sem com isso negar uma modernidade que se quer camponesa (COSTA e CARVALHO, 2012, p. 29).

Para Silva (2017) a luta da agricultura camponesa por autonomia frente ao mercado e as políticas de industrialização da agricultura se caracteriza pela produção incessante de uma base de recursos autocontrolada e autogerida e pelo desenvolvimento de formas camponesas de produção em cooperação com a natureza viva. Desta forma a agricultura camponesa atualmente tem afirmado a agroecologia como o caminho de sua autonomia perante o capital garantindo sua reprodução social e construindo bases para outro paradigma de se fazer agricultura. (COSTA e CARVALHO, 2012, p. 33)

A agroecologia proporciona conhecimentos e a metodologia necessárias para desenvolver uma agricultura que seja ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distância entre a produção de conhecimento e a sua aplicação. Valoriza o conhecimento e a sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. A agroecologia é um estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, é o agente para mudanças ecológicas complexas que tenham necessidades de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GÖRGEM, 2019, p. 90)

Segundo Altieri (2004), a agroecologia “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”, que fornece estrutura metodológica de compreensão profunda da natureza dos agroecossistemas e dos princípios quais eles funcionam (ALTIERI, 2004). As características apresentadas pela agricultura camponesa estabelece a interação entre os conhecimentos de base científicas e empíricas de relação de trabalho, do conhecimento produzido como princípio educativo e da apropriação dos ecossistemas para produção da agroecologia (SILVA, 2017).

Como ciência emergente, a Agroecologia é portadora de conceitos e métodos que criam as pontes para o estabelecimento do diálogo entre o saber popular e o científico, condição necessária para a revitalização da inovação local como dispositivo social

para o desenvolvimento de agroecossistemas fortemente conectados aos ecossistemas naturais (PETERSEN; WEID; FERNANDES, 2009).

A agroecologia possibilita a construção de um jeito de fazer agricultura independente, que não agride a natureza, que é altamente produtivo e economicamente viável. Ou seja, agroecologia é de fundamental importância para a reprodução social do campesinato e sua autonomia perante o capitalismo sendo base para outro paradigma de se fazer agricultura (GÖRGEM, 2019, p. 90-91). Deste modo, as bases conceituais da agroecologia se relacionam com o modo de vida camponês.

2.2 Contextualização histórica da agricultura camponesa no Brasil

O campesinato brasileiro em sua trajetória é marcado pelas diversas tentativas de extermínio da sua existência – colonização portuguesa, Lei de terras de 1850, abolição da escravatura em 1888, a revolução industrial da década de 1930, revolução verde de 1960 e atualmente o agronegócio. Os camponeses tiveram sua terra e territórios apropriados, sua mão de obra explorada, sua identidade cultural negada, entre outras formas de opressão. Apesar de todas as tentativas de acabar com sua existência, o campesinato continuou existindo e resistindo a todas essas ameaças. (LEWER, 2016, p. 16 e GÖRGEM, 2017, p. 36-37).

O campesinato brasileiro sempre viveu e ainda vive num ambiente de constante conflitualidade social onde a característica fundamental é a tentativa constante dos latifundiários e dos empresários capitalistas no campo de se apropriarem das terras e dos territórios dos camponeses. (CARVALHO, 2015)

Nesse sentido, o autor do livro as trincheiras da resistência camponesa (2017), aborda a trajetória histórica da agricultura camponesa no Brasil através de três modelos de agricultura. O primeiro é a agricultura indígena, fazendo referência aos povos indígenas que viviam no Brasil antes da invasão dos portugueses e sua forma de sobreviver e produzir através da pesca, caça, coleta de alimentos na natureza e cultivo. (GÖRGEM, 2017, p. 35)

O segundo modelo envolve as origens da agricultura latifundiária, onde é caracterizada pela concentração de terra, trabalho escravo, produção voltada para exportação, monocultura, dependência tecnológica e industrial. Este modelo de agricultura se inicia com a invasão e exploração da terra dos povos indígenas pelos colonizadores portugueses que implantaram as grandes plantações com o objetivo de exportar para a Europa, utilizando mão de obra escrava trazida da África nos grandes ciclos de monocultura. Durante esse período a terra ficou concentrada sobre o controle da coroa portuguesa, após, sobre controle da monarquia brasileira

sendo doadas aos latifundiários, formando assim as sesmarias. Agricultura latifundiária sempre foi marcada pela concentração e exploração dos recursos naturais e o trabalho escravo, gerando desigualdades sociais e conflitos, como, a luta contra a escravidão protagonizada pela resistência negra que gerou colapso no primeiro modelo desta agricultura, com o combate internacional ao tráfico de escravos. Mas o latifúndio sempre teve a capacidade de reinventar suas formas de exploração, como por exemplo em 1850 com a criação da Lei de terras, legalizando as terras doadas pela coroa aos latifundiários, terras essas, que foram invadidas expulsando os povos indígenas. Assim se mantém o modelo dominante até os dias de hoje (GÖRGEM, 2017, p. 36-37).

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa. No processo da invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura. (STEDILE, 2012)

E, por último, a agricultura camponesa que tem suas origens ao redor das grandes fazendas de monoculturas com a produção dos pequenos agricultores em terras arrendadas, devido o acesso à terra ainda não ser permitido aos camponeses pelos grandes proprietários. Sua produção supria a necessidade de alimentos de sua família e das próprias grandes fazendas que só produziam monoculturas e, portanto, não atendiam a todas as necessidades alimentares do povo que lá viviam e trabalhavam, e das novas cidades que estavam surgindo. (GÖRGEM, 2017, p. 37-38)

O direito à terra sempre foi negado aos camponeses sendo um dos principais motivos de enfrentamento entre os latifundiários e os camponeses. Os pequenos agricultores proprietários de terra vieram surgir tarde no Brasil. Os posseiros foram os primeiros, cansados de trabalhar em terras de terceiros desbravavam mata adentro para terras sem dono, onde se instalavam e começavam a trabalhar, depois foi a vez dos imigrantes camponeses que foram trazidos para aumentar a produção de alimentos para o mercado interno e substituir a mão de obra escrava. Com o surgimento de novas cidades, aumentava a necessidade de alimentos e do outro lado a indignação pela forma precária de vida dos imigrantes trazidos para o país, geravam protestos e lutas sociais, o que forçou o governo da época a assentar, em pequenas áreas de terras públicas os colonos europeus, aumentando o espaço e peso econômico da agricultura

camponesa. Que já no seu nascimento se caracterizava pelas pequenas áreas de terras, produção diversificada, trabalho familiar, produção de significativo excedente voltado para o mercado interno, controle da tecnologia utilizada como por exemplo a seleção de semente e mudas. (GÖRGEM, 2017, p. 37-40)

O abandono destes agricultores por parte dos governos e da sociedade em geral era brutal. Não tinha escola, não dispunham de infraestrutura básica, não tinham acesso à saúde – resolviam seus problemas de saúde com chás caseiros, fitoterapia, medicina popular, benzedores e com os agentes da medicina popular camponesa: arrumadores(as) de ossos, massagistas, parteiras, benzedoras, benzedores, xaropeiros (as) etc. – e não tinham apoio dos poderes públicos para produzir. (GÖRGEM, 2017, p. 38)

As políticas públicas, numa sociedade de classes, são sempre favoráveis e orgânicas aos interesses de classe das classes dominantes, sendo que no caso em apreço, privilegiadoras do capital financeiro e das grandes empresas da cadeia do agronegócio. (CARVALHO, 2010)

De acordo com MPA (2019, p. 12) “[...] A história da agricultura brasileira está marcada pela luta entre dois sistemas: de propriedade, produção, agroindustrialização, pesquisa, assistência técnica, apropriação da natureza e de modelos tecnológicos.” A agricultura camponesa e a agricultura latifundiária são estes modelos antagônicos, o desenvolvimento de uma se dá sobre o retrocesso do outro. O latifúndio tem como sua principal finalidade o lucro, protagonizando uma agricultura artificial e sem gente e atendendo os interesses diretamente de empresas multinacionais não tendo como prioridade o desenvolvimento do território e nem a garantia da soberania alimentar dos brasileiros. Já a agricultura camponesa tem como centralidade a reprodução social da família, gera uma lógica econômica própria, com a capacidade de trabalho disponível da família e as necessidades de consumo, estando em função do desenvolvimento local sendo fundamental para a garantia da soberania alimentar sendo responsável por 77% dos estabelecimentos agropecuários no país ocupando apenas 23% das terras segundo o censo agropecuário de 2017. (MPA, 2013, p. 23-24)

Nos últimos anos de nossa história o conflito de sistemas torna-se mais evidente e a luta entre os dois torna-se mais clara. A agricultura latifundiária está ainda mais dependente e vinculada ao monopólio da indústria química, funcional com o mercado internacional de alimentos, mais e mais monocultura, evoluindo na homogeneidade genética e na dependência das tecnologias da engenharia genética de laboratório, da informática e do geoprocessamento por satélites. Tecnologias caras, dispensáveis, inacessíveis às maiorias e, na maior parte das vezes, desnecessárias.

A agricultura camponesa busca caminho próprio na sua viabilidade através do associativismo e do cooperativismo, da produção para o autoconsumo familiar, da economia solidária, da industrialização e do mercado local e regional, reconstruindo a diversidade econômica, com sementes, mudas e raças crioulas, biodiversidade vegetal e animal e construindo uma vigorosa base de conhecimentos e recursos tecnológicos orientados por modelos de produção ecológicos. (MPA, 2019, p. 12)

A trajetória histórica da agricultura camponesa no Estado de Sergipe não se diferencia da demais do país e principalmente do Nordeste, é marcada por uma economia excludente, desigualdades sociais, concentração de terra e renda precária resultantes da colonização do país. Neste contexto, os movimentos sociais do campo em Sergipe, vem cumprindo papel fundamental na organização da luta por direitos dos camponês e principalmente a luta pela terra no estado, destacando-se o MST, a FETASE e os STR's e o MPA. (LOPES, 2012)

Os registros existentes mostram que os movimentos sociais no campo sergipano surgiram e passaram atuar no período de 1945 e segue atuando até os dias atuais, em um cenário caracterizado por três fases distintas, segundo o Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Eliano Sérgio Azevedo Lopes (2012), “[...] tanto no que diz respeito à magnitude e tipo de intervenção (governamental, privada, cooperativista e eclesial), como em relação à importância dos atores sociais organizados, demandando a ocupação de novas áreas agrícolas”. Outras entidades exerceram e têm exercido uma importante atuação na mobilização e organização dos camponeses sem-terra no estado, como o Centro Dom José Brandão de Castro e a Diocese de Propriá. Destaca-se a Igreja católica pelo papel fundamental que cumpriu na trajetória do campesinato sergipano, sendo a principal mentora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores do campo. (LOPES, 2012)

2.3 Agricultura camponesa, Agronegócio e a Agricultura familiar

O agronegócio é a representação do capitalismo no campo, e vem fazendo fortes ofensivas ideológicas e econômicas à agricultura camponesa, causando erosão cultural, dependência dos camponeses a insumos externos, dependência de crédito, das multinacionais etc. levando ao endividamento e empobrecimento dos camponeses. O movimento dos pequenos agricultores aborda as relações entre o agronegócio, a agricultura camponesa e a agricultura

familiar e os diferenciam, embasado em três teorias: a do fim do campesinato, a teoria da metamorfose camponesa e a teoria do fim do fim do campesinato. (MPA, 2013, p. 13-19)

A teoria do fim do campesinato prevê seu fim em duas categorias. Uma seria pela perda dos meios de produção dos camponeses passando a vender sua força de trabalho no campo ou indo embora para as cidades se proletarizando. A outra que implica na ampliação de seus meios de produção e passa a proletarizar parte daquelas famílias que perderam os meios de produção. Esta teoria representa a proposta de agricultura do agronegócio tendo como base o latifúndio, máquinas pesadas, sementes híbridas e transgênicas, uso intensivo de insumos químicos e venenos, produção de commodities para exportação. Tendo como consequência problemas ambientais e a concentração da renda e da riqueza para poucos. (MPA, 2013, p. 13-19)

No caso da teoria da metamorfose camponesa, diz que a mão de obra familiar não vai desaparecer, mas a forma camponesa sim, o camponês terá que sofrer uma metamorfose e se transformar em um agricultor familiar, assumindo a tecnologia, se especializando em um rumo da produção, ser integradas a indústria, etc. Esta teoria trabalha da ideia de que o camponês é seu modo ser e viver e atrasado e agricultor familiar moderno, fazendo-o se inserir na lógica do agronegócio, deixando de lado seu modo camponês de cultura própria de relação com a natureza e uma forma diferenciada de vida comunitária para se especializar em um ramo de produção, tornando-se sua propriedade um minifúndio, ficando dependentes de insumos, de crédito, das multinacionais e dos mercados. (MPA, 2013, p. 13-19)

Desta forma, a agricultura familiar só seria viável através de especialização em alguma forma de produção e pela integração à indústria. Assim, a família camponesa passa a ser mera compradora de insumos e fornecedora de matéria-prima. A indústria passa a ganhar ao fornecer estes insumos e ao processar a matéria-prima, agregando valor e colocando no mercado. (MPA, 2013, p. 16-17)

Por último, a teoria do fim do fim do campesinato, “[...] em resumo, diz que o campesinato sempre existiu e existe a possibilidade de resistência (MPA, 2013). Essa teoria é a materialização da agricultura camponesa e seu modo de ser e viver no campo, em pequenas propriedades produzindo diversidade de alimentos com base na agroecologia, utilizando sementes crioulas, adubos verdes e orgânicos, defensivos naturais, máquinas adaptadas à sua realidade, usa mão de obra familiar, etc. gerando autonomia e condições de uma vida digna e de qualidade às famílias camponesas. (MPA, 2013, p. 13-19)

2.4 Contexto de pandemia e os impactos na agricultura camponesa

A pandemia de COVID-19 tem gerado impactos imensuráveis à vida humana e agravado as diversas crises existentes no mundo e no Brasil. Trazendo à tona a crise civilizatória que vivemos, fruto do capitalismo e da colonização do país, que coloca o lucro como seu principal objetivo gerando crises ambiental, social, econômica, sanitária, entre outras. Tornando visível as práticas de violência e opressão que são invisibilizadas no cotidiano, ocultando outras possibilidades de liberdade e transformação concreta da realidade. (Porto, 2020, p. 2-10)

A crise de saúde pública vem acompanhada de fortes sinais de uma profunda crise econômica que afeta o sistema capitalista mundial e brasileiro. Ambas, possuem origem na ordem do capital que destrói os ecossistemas naturais, superexplora os trabalhadores do mundo, produz guerras, alimentos contaminados por agrotóxicos e antibióticos, fome, promove a urbanização caótica confinando grandes massas a periferias e a condições precárias de vida e espalha doenças e pandemias em períodos cada vez mais curtos, e faz evidenciar a profunda crise civilizatória que nos encontramos. ((MPA, 2020, Doc. Interno))

O agronegócio se consolidou o modelo dominante da agricultura capitalista, sendo um dos responsáveis pela crise social evidenciada na pandemia que afeta exclusivamente as classes oprimidas do campo e da cidade, gerando, insegurança alimentar, ausência de moradia, serviços de saúde adequados e outros serviços básicos, são alguns dos impactos causados por esse modelo. Além dos impactos provocados por seu modo de produção que destrói a natureza, elimina biodiversidade e cria sistemas agroalimentares para a produção de commodities, degradação ambiental e doenças. O agronegócio não foi só uma das principais causas como também um considerável transmissor de coronavírus, como por exemplo os grandes índices de contágio registrados nos frigoríficos e supermercados. Do outro lado, a agricultura camponesa sofre duramente os impactos da pandemia com seus canais de vendas autônoma fechados - os pequenos comércios, feiras livres etc., fazendo com que estrangulasse ainda mais a renda das famílias camponesas. (FERNANDES et al., 2021)

Para o mês de julho/2020, metade dos agricultores familiares do país (51%) relatou diminuição de receita, com uma perda média de 35% da renda bruta familiar mensal habitualmente auferida. Em nível estadual, as quedas mais expressivas ocorreram no Amapá, em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e em Roraima, estados nos quais houve uma diminuição de mais de 40% na renda bruta das famílias no referido período. Essa diminuição significativa evidencia as vulnerabilidades a que

está submetida a agricultura familiar do país e expõe a dimensão do impacto imediato causado pela Covid-19 (Del Grossi, 2020, apud Schneider, et.al., 2020, p. 176).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) realizaram uma pesquisa que investigou os impactos da pandemia de Covid-19 na agricultura familiar no semiárido brasileiro. A pesquisa mostra que a pandemia acentuou dificuldades estruturais e desigualdades já existentes nos sistemas alimentares. As famílias camponesas tiveram sua renda reduzida com o fechamento de feiras e outros canais de comercialização, intensificando ainda mais os desafios para a população do campo. A pesquisa destaca a papel importante que as organizações de agricultura camponesa familiar tiveram nesse contexto de pandemia com a criação de redes solidárias, no acesso a informações de prevenção e cuidado, e nas alternativas de logística e distribuição de alimentos, entre outras estratégias. (FIOCUZ, 2021).

Em Sergipe, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO (2021), realizou pesquisa de campo para mapear os impactos da pandemia, que demonstrou que durante este tempo, houve um aumento do comércio realizado na propriedade rural (24,7%), como também para os intermediários (10,8%) sendo efeito da suspensão das feiras livres por um período. A pesquisa foi realizada de um diagnóstico com 630 agricultores familiares que foram escolhidos aleatoriamente em 324 comunidades rurais de 51 municípios sergipanos, onde 68,9% se declararam do sexo masculino e 31,1% do sexo feminino, em sua maioria, autônomos (79,5 %), sendo que os demais se classificam como cooperados (3%), associados (15%) ou assentados de reforma agrária (2,4%), caracterizando baixa participação nas organizações.

2.5 Pandemia, soberania alimentar e abastecimento popular

Diante deste cenário de aprofundamento da crise sanitária e alimentar, fruto do modelo do agronegócio, e aprofundada pela pandemia com o fechamento de feiras livres e outros canais de comercialização direta utilizado pelos camponeses, os movimentos camponeses têm atuado através de duas estratégias de enfrentamento aos impactos desta crise e pela construção da autonomia dos camponeses. Uma das estratégias é em torno das políticas institucionais, por entender que o estado tem o dever de contribuir com o povo do campo e da cidade a superar estas crises. Neste sentido, os movimentos e organizações sociais seguiram reivindicando do estado ações emergenciais e permanentes para oferecer as reais condições de vida e produção

dos camponeses durante e após a pandemia, com a criação de crédito emergencial de custeio da agricultura camponesa, financiamento de cooperativas e associações, retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dentre outras políticas públicas que possa contribuir para assegurar a soberania alimentar (VIA CAMPESINA, 2020). A outra estratégia é a construção de redes alternativas de abastecimento popular de alimentos, fortalecendo as relações sociais, econômicas e culturais entre as famílias camponesas, produtoras urbanas e os consumidores de forma independente do estado e das organizações capitalistas, fazendo com que a produção agroecológica dos camponeses chegassem às famílias de trabalhadores na cidade. (CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 2020)

O conceito de Soberania Alimentar nasce de um contraponto do conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO, pois compreende-se que um povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos. (MPA, 2016)

Paulo Petersen (2020) associar o conceito de Soberania Alimentar e de Abastecimento popular com o conceito de Comida de Verdade que foi construído na quinta Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, definindo como:

[...] comida de verdade aquela que salvaguarda a vida humana e do planeta, reduzindo os efeitos das mudanças climáticas, garantindo direitos humanos, o direito à terra, ao território, a uma alimentação de qualidade e quantidade adequadas durante todo o curso da vida. Respeito ao direito das mulheres, a diversidades culturais, aos povos indígenas, aos povos tradicionais, às culturas alimentares, à sociobiodiversidade (PETERSEN, 2020).

Neste contexto, Paulo Petersen (2020) relaciona o campesinato, soberania alimentar e abastecimento popular e comida de verdade em um triângulo que apresenta grandes desafios “tanto do ponto de vista político quanto, ao mesmo tempo, de se trabalhar com instrumentos analíticos para demonstrar, politicamente e cientificamente, como disse Ploeg, dessa opção pelo campesinato” (PETERSEN, 2020, p. 150-160).

2.6 Abastecimento alimentar popular e circuito curtos no contexto de pandemia.

O Sistema de Abastecimento Alimentar Popular trata-se de uma estratégia que busca criar mecanismos de organizar a produção e distribuição de alimentos agroecológicos fortalecendo o vínculo entre o produtor e consumidor em torno dos alimentos saudáveis. Portanto, se caracteriza como uma experiência de circuito curto de comercialização e consumo, que na relação do aspectos de produção, circulação e consumo projeta-se os demais vetores do abastecimento alimentar, com os objetivos de produzir alimentos saudáveis, fomentar a organização política dos camponeses para lutar pela garantia de seus direitos básicos, instigando a exploração do trabalho na produção, na superação do modelo capitalista de agricultura, no fortalecimento da agricultura camponesa, proporcionar aos trabalhadores da cidade o acesso aos alimentos diretamente dos camponês, eliminar a figura de atravessador, ampliar a retribuição financeira aos camponeses e consolidar a consciência do significado estratégico, político e econômico da produção de alimentos feita pelo camponeses (CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 2020).

Os circuitos curtos de forma resumida é a proximidade entre produtores e consumidores na construção de estratégias de comercialização alternativas e autônomas, onde os consumidores e produtores tem maior autonomia na definição do modo de produção e consumo. Os circuitos curtos de comercialização podem ser dividido em duas formas de venda, direta e indireta a venda direta acontece quando o produto é entregue diretamente dos agricultores ao consumidor e indireta é quando insiste um intermediário para os produtos chegarem no consumidor, podendo ser esses intermediários associações, cooperativas, lojas especializadas, outros agricultores, etc. as vendas diretas podem ser feitas em feiras da agricultura familiar camponesas, lojas de associações de produtores, a grupos de consumidores organizados, em cestas domiciliares, eventos entre outras formas. Já a venda indireta acontecem em lojas especializadas independentes, lojas de associações e cooperativas, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais e para programas governamentais como o PNAE e PAA (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

A pandemia deixou evidente a fragilidade e complexidade do sistema alimentar atual, podendo causar um efeito cascata quando atingido de alguma forma, além de dependência econômica que provoca nos diferentes atores dentro do sistema. Neste sentido a pandemia contribuiu para uma reflexão maior de uma parte da população sobre o fortalecimento dos

canais alternativos e autônomos de comercialização, além dos hábitos alimentares adotando uma alimentação mais saudável (BREITENBACH, 2021). Neste contexto os movimentos e organizações sócias vem buscando estratégias de tornar o povo sujeitos ativos na construção das relações entre produção e consumo, exemple é a experiência da rede de comercialização Raízes do Brasil, que foi inaugurada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores em maio de 2017, no Rio de Janeiro como um espaço de distribuição e comercialização de alimentos, discussão sobre comida saudável, cultura, cozinha e arte, fortalecendo a relação entre o campo e a cidade. Nessa perspectiva a rede Raízes do Brasil consolida como uma experiência pratica do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular que vem buscando junto aos agricultores e agricultoras criar estratégias de produção, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis, possibilitando o direito de uma parcela da população que vive na cidade o acesso a estes alimentos de maneira que respeite as particularidades de todos os sujeitos envolvidos na construção dessa experiência e suas formas e jeitos de ser e viver (CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 2020).

3. OBJETIVO

3.1 Objetivo geral

Identificar e analisar os efeitos da pandemia da COVID-19 e as estratégias adotadas para superá-los por parte de cinco das organizações que atuam com a agricultura camponesa no estado de Sergipe.

3.2 Objetivos específicos

- ✓ Traçar o contexto histórico das cinco organizações estudadas e apresentar a delimitação geográfica de atuação destas organizações no estado de Sergipe;
- ✓ Relatar as ações governamentais e políticas públicas emergenciais disponíveis para a agricultura camponesa no contexto da pandemia de Covid-19;
- ✓ Apresentar as estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 por partes das organizações.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa assume abordagem de caráter qualitativa, cujos dados são resultados de um processo de coletas por meio de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo que cumpriu com o objetivo de investigar as estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 na agricultura camponesa no estado de Sergipe.

4.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica considerou como fonte artigos científicos, livros, publicações de notícias e boletins em sites oficiais de organizações governamentais e da sociedade civil.

A busca foi realizada nas seguintes plataformas e portais: Google, Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tendo como período estabelecido para a coleta as publicações dos últimos cinco anos.

4.2 Pesquisa de campo

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), da Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe (ACOPASE) e da rede Balaio, totalizando seis organizações que atuam com a agricultura camponesa em Sergipe.

Com intenção de aprofundar as questões que envolvem a agricultura camponesa em sua trajetória histórica e as estratégias adotadas no enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 no estado de Sergipe, a partir da vivência e informações que os entrevistados dispuserem. As entrevistas foram realizadas no período de 28 de dezembro de 2021 a 29 de abril de 2022. Utilizou-se um questionário semiestruturado, com perguntas subjetivas norteadoras de cunho social, cultural, econômico e ideológico (Apêndice 1). Como forma de captação das informações foi utilizado um gravador, e anotações a partir das observações do pesquisador durante a entrevista. Após foi feito a leitura e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo assina por todos entrevistados autorizando a utilização e divulgação das

informações coletados e a identificação dos mesmos (LEWER, 2016, p. 18 e MACEDO, 2020, p.16)

4.3 Análise dos dados coletados

Foram analisados e sistematizados com o uso dos aplicativos Word e Microsoft Excel, gerando documentos e tabela em torno dos resultados obtidos.

A transcrição dos áudios se deu com a utilização do software Google Docs e os resultados, junto aos dados qualitativos, foram analisados e comparados aos materiais de bibliografia disponíveis sobre a temática.

Para a delimitação geográfica da área de atuação das organizações que atuam com a agricultura camponesa no estado de Sergipe utilizou-se as informações coletadas nas entrevistas e o mapa com informações geográfica desenvolvido no software QGIS.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Organizações que atuam com a agricultura camponesa em Sergipe: Histórico de Luta e Resistência no Campo Sergipano.

De acordo com o que observamos no decorrer do deste trabalho até o momento, podemos fazer um resgate histórico da trajetória da agricultura camponesa e suas formas de resistir as tentativas constantes de sua desmobilização e até mesmo extinção, marcada pela exclusão econômica, desigualdades sociais, concentração de terra e renda precária resultantes da colonização do país. A organização social dos camponeses e camponesas perante estes ataques, se coloca como condição para sua sobrevivência e existência, neste sentido os movimentos e organizações sociais do campo cumprem papel fundamental na organização da luta por direitos do camponês e por sua sobrevivência.

TABELA 1: Organizações, abrangência geográfica, ano de surgimento e liderança entrevistada.

Organizações Pesquisadas	Área de Atuação Geográfica	Ano de surgimento	Lideranças Interlocutora
ASA	Semiárido brasileiro	1990	João Alexandre de Freitas Neto
ACOPASE	Alto Sertão de Sergipe	2020	Iva de Jesus Santos
REDE BALAIO	Sergipe e Bahia	2019	Mauro Luís Cibulski
MPA	Brasil	1996	Elielma B. de Vasconcelos e Maria dos Santos de Jesus
MST	Brasil	1984	Manoel Antônio Oliveira Neto

Fonte: Autoria própria.

5.1.1 Movimento dos Pequenos Agricultores e a luta por terra, trabalho e justiça.

O Movimento dos Pequenos Agricultores nasceu no ano de 1996, fruto da indignação dos camponeses e camponesas com o avanço do capital no campo e as crises econômica e social causada por ele na agricultura brasileira, e segundo o Plano camponês (2019, p.15), sendo um “produto da abertura neoliberal dos anos 1990 e do esgotamento do movimento sindical de trabalhadores rurais como instrumento de representação e luta camponesa brasileiras”. No final de 1995 e início de 1996 o estado Rio Grande do Sul e atingido por uma seca que castigou as plantações, deixando milhares de pequenos produtores em condições econômicas preocupantes, o que resultou na mobilização dos camponês em cinco acampamentos da seca que se organizaram nos meses de janeiro e de fevereiro de 1996, reunindo mais 25 mil pequenos agricultores que reivindicava crédito imediato para manutenção das pequenas propriedades camponesas como forma de garantir comida na mesa de suas famílias. Assim nasce o MPA, da luta e organização do povo camponês por um novo modelo para agricultura brasileira que assegure sua permanência no campo com condições dignas. (Plano Camponês, 2019, p. 15-16). Segundo a dirigente estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe Elielma de Barros Vasconcelos, (2022), “[...] depois de algum período veio para região nordeste como um programa de expansão que tinha do MPA, por volta dos anos 2000”. Ainda de acordo com ela o movimento chega no estado de Sergipe por volta de 2001 a 2002. Atualmente o movimento tem atuação nas regiões do estado, no Alto sertão nos municípios de Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha e Gararu; na região do Baixo São Francisco nos municípios de Neópolis, Japoatã, Propriá e Ilha das Flores e Brejo Grande e na região metropolitana nos municípios que forma a grande Aracaju representados na figura 1 (Vasconcelos, MPA, 2022).

do país, sendo considerado um dos maiores movimentos da América Latina, em seu novo programa traz a defesa de uma reforma agrária com base na produção de matriz agroecológica onde a propriedade da terra é democrática, a prioridade é a produção de alimentos saudáveis para abastecer o mercado interno, garantindo a distribuição de renda justa e o respeito ao meio ambiente (MST, 2022).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra chega a Sergipe no ano de 1986 em meio a um cenário de concentração fundiária e conflitos envolvendo os trabalhadores rurais que até então era mediados pela igreja católica através da Pastoral de Terra, do Movimento de Educação de Base-MEB, das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (SANTOS, 2007). De acordo com Manoel Antônio Oliveira Neto (2020), assentado da reforma agrária e diretor do setor estadual de produção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o movimento atualmente tem atuação em todo estado de Sergipe.

5.1.3 Articulação do Semiárido Brasileiro e a Convivência com o Semiárido.

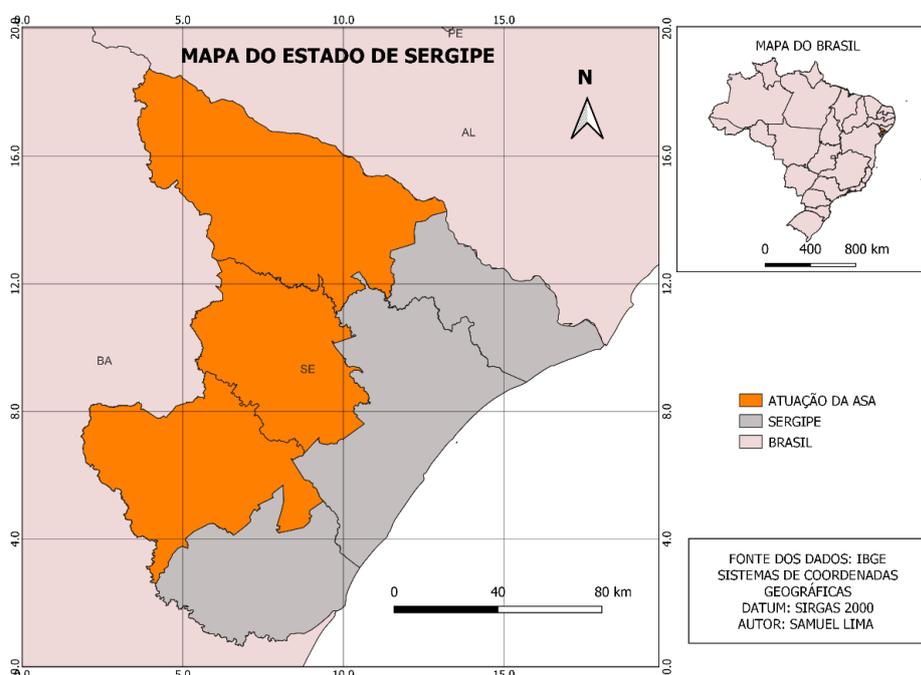
A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), é uma rede que tem como principal objetivo o projeto político da convivência com o Semiárido, qual propaga e põe em prática de forma inclusiva através de políticas públicas, formada por mais de três mil organizações da sociedade civil do semiárido brasileiro que atuam na defesa dos povos e suas comunidades no construção de processos participativos no desenvolvimento sustentável e na convivência com o semiárido respeitando suas formas culturais e promovendo a justiça social. A ASA surgiu em 1990 junto ao conjunto de organizações da sociedade civil que se mobilizava em torno da pauta de convivência com o Semiárido, em 1999 ela toma uma proporção maior com o lançamento da declaração do Semiárido Brasileiro simultaneamente a 3º Conferência das Partes de Convenção de Combate à Desertificação e a Seca (COP3) das Organização das Nações Unidas (ONU) em Recife-PE, o documento era “Considerado um documento de ruptura com a filosofia e as ações do combate à seca” (ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015), onde apontava diversas medidas para o desenvolvimento de um semiárido sustentável. Uma das medidas apontadas foi a criação do programa UM MILHÃO DE CISTERNAS (ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015).

Os registros, eles mostram que a partir do ano de 1999 durante a COP3 em Recife, todos os estados do nordeste mais os estados de Minas Gerais e Espírito Santo

participaram dessa COP3 e lá foi declarado a carta de convivência com o semiárido e o estado de Sergipe a partir daí, a partir do ano de 1999 ele começou a trabalhar esses processos [...] (NETO, ASA, 2022, informação verbal).

As primeiras tecnologias de convivência com semiáridos a partir da ASA chegaram por volta do ano 2000 e tiveram maior efetividade nos anos de 2002 no final do governo de Fernando Henrique Cardoso e no ano de 2003 de forma mais intensiva no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Sua abrangência no estado de Sergipe compreende 29 municípios das regiões do alto sertão, médio sertão, centro sul e a região agreste do estado formando o semiárido legal demonstrado na figura 2 (NETO, ASA, 2022).

FIGURA 2. Regiões sergipanas de atuação da ASA.



FONTE: Autoria própria.

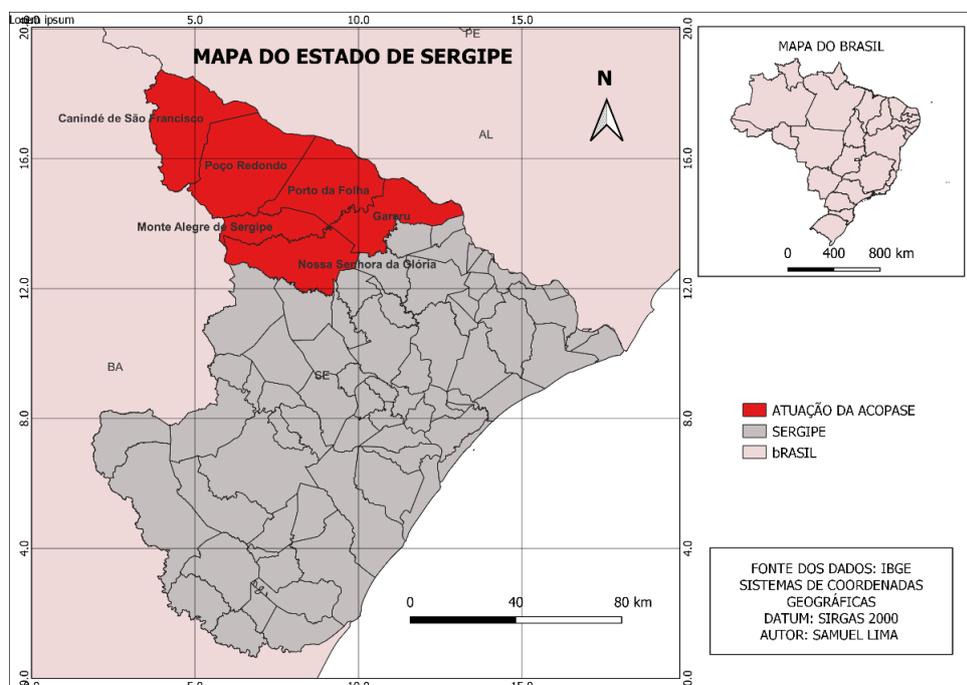
5.1.4 A Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe.

A Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe – ACOPASE, surge a partir do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos e de seu objetivo em fermentar a criação e fortalecimento dos Organismo Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica existente de forma que possa certificar a produção dos agricultores e agricultoras e garantir a continuidade de todo o processo pelos camponeses (SANTOS, ACOPASE, 2022). A ACOPASE nasce como pessoa jurídica no dia

13 de maio de 2020 em meio aos desafios do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, após reunião virtual, resultado de um intenso trabalho de inclusão digital dos camponeses e camponesas que formam a associação. A ACOPASE é formada por agricultores e agricultoras da base de movimentos e organizações sociais e sindicais, tem como finalidade promover a agroecologia, construir o Sistema Participativo de avaliação da conformidade orgânica (SPG); assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas no SPG da ACOPASE, a Lei de orgânicos do Brasil de nº 10 831/2003 nº 6.323/2007; realizar atividades educativas, socioculturais, ambientais e de cidadania; realizar atividades produtivas, de conservação, preservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente; realizar atividades de acompanhamento técnico e extensão rural; promover a igualdade de oportunidade e direitos entre homens e mulheres e promover o desenvolvimento sustentável e solidário (ACOPASE, 2020).

De acordo com Iva de Jesus Santos (2020), a ACOPASE desenvolve atividades atualmente nos seis municípios do alto sertão sergipano, sendo Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora da Glória como demonstrado na figura 3, contando com 42 famílias ativas.

FIGURA 3: Municípios sergipanos de atuação da ACOPASE.



FONTE: Autoria própria.

5.1.5 Rede Balaio: na construção da economia solidária e popular.

A rede balaio de solidariedade tem seu início no ano de 2019, tendo como área de abrangência os estados da Bahia e Sergipe onde faz a junção de 47 empreendimentos econômicos solidários, as discussões em torno da sua criação foi guiada pela Cáritas Brasileira Nordeste III, com objetivo de fortalecer e divulgar a produção de alimentos saudáveis a partir da agroecologia, valorizando cultura, incentivando a equidade de gênero e a participação das novas gerações na prática da economia popular solidária contribuindo para sustentabilidade ambiental, econômica, social e etc. do povo camponês (RAIZES DE BRASIL, 2021).

A rede Balaio ela se constitui, começa o debate em 2019 no Regional da Cáritas Nordeste III que compõem o estado de Sergipe e Bahia, tão dentro EPS economia popular e solidária. Dá início a necessidade de criar uma articulação de comercialização, formação e identificação dos grupos dos dois estados tendo em vista que já existe essas redes em algumas outras regiões do Brasil como a rede de mandioca, enfim outras redes, umas três ou quatro já formalizada como entidade jurídica outras não, a rede balaio em específico ela não tem entidade jurídica e também ela não faz parte da Cáritas [...] (CIBULSKI, REDE BALAIIO, 2022, informação verbal).

Deste modo se constitui uma rede de agroecologia, de economia popular e solidária, no estado de Sergipe e se une com a rede Raízes do Brasil construída pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), na construção da experiência da cesta camponesa que levam alimentos agroecológicos produzidos pelos camponeses do estado para as cidades de Aracaju, Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco como forma de *Delivery* (MPS, 2021)

5.2 Efeitos para a agricultura camponesa em Sergipe na pandemia de COVID-19.

Os relatos trazidos pelos interlocutores das organizações sociais estudadas nesse trabalho reforçam que a pandemia causou o aprofundamento da crise civilizatória já existente no mundo e no Brasil. A partir dos relatos podemos perceber que a crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 intensificou ainda mais as crises social, econômica e política. Os principais efeitos relacionados as estas crises da pandemia na vida da população, conforme relatos citados segundo os entrevistados estão demonstrados na tabela 2.

TABELA 2: Principais efeitos da pandemia na vida da população segundo as lideranças das organizações pesquisadas.

Efeitos	Nº de respostas	Porcentagem
Fome	4	25%
Desemprego	2	13%
Evasão escolar	2	13%
Fechamento de feiras livres	2	13%
Modificação nas relações sociais	3	19%
Aumento da pobreza	3	19%
TOTAL	15	100%

FONTE: Autoria própria.

Como podemos perceber a pandemia do coronavírus ocasionou diversos impactos principalmente no âmbito do acirramento da crise econômica, social e política já existente no Brasil, forçando a uma nova sociabilidade, pautada no isolamento social devido alto nível de transmissibilidade da COVID-19, afetando as atividades humanas presenciais acentuando as desigualdades sociais e econômicas tendo como efeito o aumento da fome, do desemprego, da pobreza e causando danos talvez irreparáveis na educação brasileira (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

A pandemia contribuiu no processo de assolamento da fome. Que... foi a má distribuição de renda isso já vinha ocorrendo mas com a pandemia isso se intensificou então a fome para mim foi uma das principais é.. coisa que aconteceram dentro do processo de pandemia e o desemprego, fome, desemprego, é.. aí vem a educação, enfim, tudo para mim são três coisas que ficou muito ruim no período da pandemia (JESUS, MPA, 2022, informação verbal).

[...]Acho que teve um impacto grande, e está tendo na educação como a maioria das aulas foram remotas e o povo do campo foi uma população, vamos dizer assim, maior atingida por não ter acesso à internet, por não ter acesso aos aparelhos, as escolas não tinha as tecnologias necessárias para poder fazer o acompanhamento escolar né? (VASCONCELOS, MPA, 2022, informação verbal).

Eu pra mim... o principal delas, eu pra mim, foi a.. regressão, a regressão da economia, a regressão da economia.. Pra mim foi essa a... forma que a gente tinha de se organizar, as formas de mobilizar o povo, de organizar o povo para luta, para determinada reivindicações deles elas.. até mesmo pelo isolamento não teve como, não tem como, mas a gente não conseguiu vencer essa bolha, esse campo de força do isolamento para que a gente pudesse fazer a luta. Seja ela luta ali digital ou a luta de reivindicação mesmo, porque os poderes eles não pararam, o legislativo ele não parou ele continua atendendo as demandas dele né eles trabalharam, o estado, as prefeituras elas trabalharam. o Governo do Estado também trabalhou o governo federal também trabalhou, o judiciário também trabalhou em uma velocidade menor mas eles conseguiram fazer as atividades deles e nós do campo, nos dos movimentos sociais a

gente não conseguiu a gente primou pelo o isolamento [...] (NETO, MST, 2022, informação verbal)

A fome, a fome foi gritante, ela foi não, e ela continua sendo gritante porque a gente fala de um processo que é nossa aqui, que nosso sertão é rico as famílias da daqui em uma pequena minoria ainda fica sem um quilo de arroz, sem um quilo de massa de milho mas nunca falta tudo né, então a gente tá falando do geral na nossa realidade ela interferiu as família passam fome sim, mas ainda não passa fome de tudo ainda sempre tem uma coisinha para comer mas interferiu mas nesse foco do alimento mesmo de não ter dinheiro para comprar (SANTOS, ACOPASE, 2022, informação verbal).

Neste contexto, não deixa dúvida que a combinação da crise sanitária causada pela pandemia com as crises econômica, social e política já existente provocou impactos imensurável na vida do povo brasileiro. Segundo pesquisa realizada pela Rede Penssan no final do ano de 2020, 55,2% da população brasileira vivem em situação de insegurança alimentar, o que representa 116,8 milhões de pessoas sem acesso pleno e permanente a alimentos no Brasil, destes 19,1 milhões de pessoas que representa 9% da nossa população enfrentavam a fome diariamente (REDE PENSSAN, 2021). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que no quarto trimestre de 2021 o Brasil apresentava taxa de 11,1% de desemprego o que representa 12 milhões de brasileiros desempregados, um número alto quando comparado a média global, de 6,5%. Ainda segundo o IBGE o número de crianças e adolescentes fora da escola aumentou 171% durante a pandemia o que representa 244 mil meninas e meninos de 6 a 14 anos não matriculados no segundo trimestre de 2021 (IBGE, 2021).

Na perspectiva de um olhar voltado mais para o aspecto do escoamento da produção camponesa a pandemia causou várias alterações se destacando no primeiro momento o fechamento das feiras livres interferindo na renda de muitas famílias camponesas por ser um dos principais canais de comercialização dos camponeses e camponesas. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) realizaram uma pesquisa que investigou os impactos da pandemia de Covid-19 na agricultura familiar no semiárido brasileiro. A pesquisa mostra que a pandemia acentuou dificuldades estruturais e desigualdades já existentes nos sistemas alimentares. As famílias camponesas tiveram sua renda reduzida com o fechamento de feiras e outros canais de comercialização, intensificando ainda mais os desafios para a população do campo (FIOCUZ, 2021).

A pandemia, ela veio e mudou o contexto radicalmente de todo o povo brasileiro né, não só do povo brasileiro mas o povo de outros países e a aqui tanto do povo do campo

quanto da cidade teve várias alterações no modo de vida. Acho que o povo do campo também várias coisas mudaram, primeiro muito do nosso povo fazia o processo de comercialização em feira e tiveram que construir em outros processos de comercialização em cesta em *delivery* uma comercialização mais direta [...] (VASCONCELOS, 2022, informação verbal).

Outra alteração provocada na vida do povo camponês foi no aspecto da organização e relações social das comunidades, devido ao isolamento social medida de fundamental importância no combate à COVID-19, os camponeses foram impossibilitados de realizar os momentos coletivos nas comunidades desde reunião de base, da associação, cooperativa, momentos comemorativos etc. Interferindo no processo organizativo e participativo das comunidades, e dificultado pelo acesso à internet e inclusão digital ainda não ser uma realidade de grande parte dos camponeses e camponesas com afirma Iva de Jesus Santos, presidente da Associação de Certificação Orgânica Participativa do Estado de Sergipe-ACOPASE:

[...] a parte que mais mexeu com nós enquanto agricultores foi a parte da gente se isolar de você não ter as oportunidades de você sentar, de você fazer os processos participativos porque associação ela é esse organismo participativo, então a dificuldade da gente se reunir, é a pandemia, ela interferiu nisso né, a dificuldade da gente tá próximo, da gente conseguir ter mais um salto não saber né, nesse processo de construção coletiva do conhecimento na pedagogia do aprender fazendo então ela interferiu nisso porque que a gente teve que usar as redes mais, se comunicar por telefone, reunião por telefone, essa coisa do online e muitos agricultores não tiveram condições de acompanhar alguns por não ter essa vivência, outros também por se sentirem mal, e o fator maior é a oportunidade que eles também não tem, é uma coisa nova e que nossos agricultores não tão acostumado, não tem um celular, não tem *wifi*, enfim (SANTOS, ACOPASE, 2022, informação verbal).

O acesso à internet ainda não é uma realidade de grande parte da população que vivem no campo. Segundo dados do IBGE, 49% das famílias nas áreas rurais não possuem acesso à internet. Já as famílias que não possuem acesso à internet na área urbana atingem o percentual de 25%. Além da internet a população do campo enfrenta dificuldade no acesso aos equipamentos, materiais e redes sócias digitais, dificultando ainda mais as relações sócias dos mesmos (COELHO; MAIA, 2021).

Apesar deste cenário de aprofundamentos da crise civilizatória pela a pandemia, as lideranças das organizações sociais pesquisadas afirmam que os impactos no campo foram diversos mas quando comparado com a cidade a proporção foi menor, e isto, está diretamente relacionado com o modo do povo camponês viver no campo, com sua cultura própria de relação com a natureza, a solidariedade camponesa, o acesso à terra e a diversidade produtiva, como é destacado nas falas de Maria dos Santos de Jesus dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores:

Acho que foi menor, o impacto do que as pessoas que vivem na cidade, porque as pessoas do campo, nós já ficamos isolado dentro das nossas roças e ficamos ali naquele período produzindo mesmo, mais focado, mais dentro de casa, mas não acho que afetou tanto como o pessoal da cidade né, que tem que trabalhar fora já que nós os camponeses têm o acesso à terra e vivem da terra, então o lugar dele de trabalho onde ele gera renda ele tinha acesso a isso, então foi menos com relação econômica, mas a relação social com ele, com o pessoal da cidade que todo mundo aí enfrentou teve essas dificuldades mas no econômico não houve mudança não (JESUS, MPA, 2021, informação verbal).

Vale destacar, todos estes impactos é fruto do capitalismo que gera desigualdades no âmbito social, econômica, ambiental e etc., combinado com crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 e crise política que vivemos no Brasil desde 2016 com o impeachment da presidente Dilma Rousseff cominando com o governo de Michel Temer e a eleição do atual presidente que assumem postura de atender o capital internacional e desmonte das conquistas da classe trabalhadora (SCHAPPO, 2020).

5.3 Ações governamentais e políticas públicas emergenciais

A pandemia causada pelo SARS-COV-2, tem evidenciado a forma perversa que o estado vem atuado nos últimos anos na garantia de direitos básicos humanos, como a moradia, saneamento básico, alimentação, entre outros, demonstrando a incapacidade das políticas neoliberais em dar resposta às necessidades humanas. O Governo Federal durante a pandemia não apresenta ações que realmente sejam capazes de responder aos impactos causados na vida do povo brasileiro, além de excluir parte da população das ações de enfrentamento aos efeitos da pandemia, como é o caso da agricultura camponesa. O veto do presidente da república a Lei Assis Carvalho que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares e camponeses do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos de Covid-19, demonstra o descompromisso do atual Presidente com os camponeses e com a preservação da vida humana (Silva Filho, 2020; FERNANDES et al., 2021).

Segundo Elielma Barros Vasconcelos (2022), dirigente estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sua organização avalia a atuação do governo federal de forma desastrosa, omissa e genocida, sendo responsável por intensificar e prolongar os efeitos da pandemia no país e do aprofundamento cada vez mais das crises sanitária, ambiental,

ideológica, social e econômica. Em relação a atuação do governo do estado de Sergipe e das gestões municipais, consegue-se perceber uma melhor avaliação no aspecto de medidas sanitárias de prevenção e combate à COVID-19, mas no que refere as ações de amparo a agricultura camponesa seguem na linha do governo federal e não desenvolve nenhuma ação emergencial de incentivo aos camponeses e camponesas como podemos observar nas falas dos interlocutores das organizações sociais:

[...] um presidente que a invés de contribuir para que o povo seja imunizado ele contribuiu para que o povo não tome a vacina, contribui para que as crianças não tome vacina, contribui para que aconteça de fato a morte dessas pessoas. Em esfera estadual depois de muito tempo o governo passa a compreender um processo da necessidade de vacinar a sua população e começa um processo tardio de vacinação que poderia ter salvado mais gente, mais pessoas se tivesse ocorrido a aceitação das coisas mais cedo né, e.. em esfera municipal também processo nos municípios muito tarde, poucas vacinas principalmente aqui poucas, poucas, pouca vacinas chegavam para a população e.. depois de muito tempo que foi que conseguiram pegar muitas vacinas pra aqui, para o município mas muito pouco (JESUS,MPA, 2021, informação verbal).

Então, acho que a gente tem que começar exatamente pelo Governo Federal. O governo federal ele negou o tempo todo a pandemia começou a surgir os primeiros casos em março de 2020 e quando ele foi tomar alguma posição em relação a vacina, em relação a outra situação que poderia evitar muita morte já foi muito tarde, então a gente perdeu muita gente né, então eu acho que o governo até hoje ele não acredita, ele não tratou isso com deveria tratar, então foi negacionismo sem precedente né, é um verdadeiro genocídio. Então acho que o papel do Governo Federal foi extremamente negativo. Quando a gente parte para o papel do governo estadual a gente consegue observar uma melhora significativa, conseguiu entender que realmente se tratava de uma pandemia, de pessoas que estavam sendo infectadas e morrendo, de leitos de uti que estavam cheios, de profissionais sobrecarregados em seus trabalhos, profissionais médicos e enfermeiros e enfermeiras morrendo também, mas o governo estadual no meu ponto de vista ele poderia ser melhor, mas ele ainda encarou com compromisso e foi extremamente assim, a diferente em relação ao governo federal é muito grande né, em termo de acreditar que realmente era uma pandemia que precisava ser combatida essa pandemia. Nos municípios também a gente viu que os municípios acabou seguindo a linha dos governos estaduais fazendo barreiras sanitária nos municípios, disponibilizando os profissionais de saúde para estar orientando as pessoas [...] (NETO, ASA, 2022, informação verbal).

[...] foram muito fragilizado em todos os setores, eles poderiam ter feito mais pelo povo, mas eles não fizeram, eles não investiram na verdade da forma que deveria investir em todos os setores que estavam sendo afetado nesse momento do país seja no econômico, na saúde, na agricultura, então do município a Brasília faltou muito, ficou muito a desejar talvez por um processo ser novo, por todo mundo tá aprendendo como lidar naquele momento com a situação, mas o povo foi afetado de uma certa forma (SANTOS, ACOPASE, 2022, informação verbal).

A nível Federal foi aquilo que o mundo inteiro assistiu né, o negacionismo, negar a pandemia, e o trabalho de imunização por rebanho, tudo enfim que se viu na imprensa enfim, a nível federal foi o negacionismo, negando a pandemia, deixa que morra, negando vacina, trabalhando contra a vacina, não querendo fechar, não querendo enfim, isso refletiu talvez em muitas mortas né, então sem comentários o que o governo federal fez durante, até hoje né, mas se dobrou depois de muita pressão inclusive internacional acredito, e as vacinas meio que na tora as órgãos responsáveis fazendo troca de ministro aquela briga toda que se viu. Então o governo federal não se importou com nada né, e trabalhou totalmente conta tudo que os movimentos sociais e a sociedade como um todo, pesquisadores diziam da pandemia, não assumiu,

achava que a pandemia fosse qualquer grito coisa parecida né. [...] Quanto estado, estado de Sergipe digamos é.. de uma certa forma ele tentou acreditar na pandemia, teve seus protocolos etc. mas para o campo foi uma negação, a avaliação que se tem os movimentos, aí se incluem a Caritas a rede, os movimentos do campo, tentaram marcar uma audiência, demorou muita acontecer e foi muito pequeno né! [...] mas não assumiu nenhum programa né? Não teve nenhuma ação efetiva do ponto de vista da produção de alimentos, não teve nenhuma... toda a pouta que levada pelo o que eu sei, pelo o contraria inclusive acabou com o programa de distribuição de sementes o que fez, fez muito pontualmente fora de época não teve nenhuma política pública dizendo não, agora vamos ali reservar um recurso de incentivo de produção de alimentos, trabalhar alguma questão mais preventiva, potencializar campanhas [...]

(CIBULSKI, REDE BALAIO, 2022, informação verbal).

Nos últimos anos o que podemos observar é o Estado brasileiro atuando cada vez mais para a hegemonia do modelo capitalista de agricultura, o agronegócio, colocando obstáculos para o desenvolvimento da agricultura camponesa combatendo as políticas públicas que contribui no fortalecimento da mesma, como o PAA, PNAE, PRONERA, na subordinação do Incra ao Ministério da Agricultura etc., (FERNANDES et al., 2021). Por parte do Governo de Sergipe, observa-se a necessidade de maior compromisso com a agricultura camponesa, investindo valores maiores no PAA estadual e cumprindo a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Segundo o relatório de gestão da secretaria de estado da educação, do esporte, e da cultura (SEDUC, 2020) no ano de 2020 foram investidos R\$ 10.914.384,97 no PNAE, sendo R\$ 7.846.171,46, de fonte de Recurso Federal, e R\$ 3.068.213,49 de Fonte de Recurso Estadual. De todo o montante apenas R\$ 2.212.230,58 foram investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar camponesa, representando menos 21% de todo o valor e 28,20% quando comparado apenas o recurso de fonte Federal não atingindo a quantidade mínima de 30% determinada na Lei.

Em 2021 os movimentos e organizações sociais que atuam no campo sergipano lançam mais uma carta aberta para denunciar a falta de diálogo com o Governo do Estado e à não execução do Programa de Distribuição de Sementes do Estado de Sergipe, programa que proporciona segurança alimentar na população rural e favoreceu a sustentabilidade de pequenos rebanhos segundo diagnóstico realizado no final de 2019 e início de 2020 pela SEAGRI, EMDAGRO e movimentos sociais. Afirmam que, em 2021 foi solicitado, através de ofícios e de reuniões com órgãos de governo, que houvesse uma audiência entre as organizações e movimentos sociais do campo sergipano com o Governador do estado para tratar do Programa de Distribuição de Sementes que segundo os movimentos e organizações sociais não foi

executado nos anos de 2020 e 2021 e as ações junto a agricultura camponesa, assentamentos de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais de Sergipe, porém não foram atendidas (MST, 2021).

Outro programa que vem sofrendo fortes ataques nos últimos anos e o programa UM MILHÃO DE CISTERNAS (P1MC), que desde o governo de Michel Temer vem sofrendo drástica redução orçamentaria, no ano de 2017 o governo aprova o montante 248,8 milhões na Lei Orçamentaria Anual (LOA), mas o saldo efetivamente disponível para novas contratações foi apenas de 49,05 milhões, sendo recorde negativo na execução do programa sendo seguido pelo governo de Jair Bolsonaro que prevê o montante de 50,7 milhões em 2020 na LOA, sendo a mais baixa desde a criação do programa. Vale destacar que o programa desde 2003 já construiu mais 1,3 milhões de tecnologias de captação de água da chuva sendo fundamental para o acesso das famílias camponesas a água e para que o país deixasse o mapa da fome em 2014 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Neste perspectiva fica claro a atuação do estado brasileiro nos últimos anos em colocar obstáculos para o desenvolvimento da agricultura camponesa e atuando no fortalecimento da hegemonia do modelo capitalista de agricultura, o agronegócio, aumentando sua dívida histórica com os camponeses e camponesas. Quando questionado as lideranças das organizações sociais sobre o papel que o estado deve cumprir no desenvolvimento da agricultura camponesa fica evidente a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas de incentivo a produção, assistência técnica contextualizada a realidade dos camponeses, investimento em agroindústrias familiares e no fortalecimento dos canais de comercialização da agricultura camponesa existente e criação de novos, ou seja, desenvolver ações prevendo toda cadeia produtiva como podemos perceber nas falas a seguir:

O estado precisa criar políticas de investimento na agricultura camponesa, precisa criar subsídio, precisa criar assistência técnica voltada para a agricultura camponesa, não teremos uma agricultura igual, uma.. assistência técnica de extensão Rural, nós queremos uma assistência que contribua no processo de orientação, de transformação da vida desse camponês, levando em consideração não só olhando econômico mas é necessário também olhar uma assistência técnica que seja é.. também social que torna o sujeito um ser político, um ser que pense, que tenha capacidade dele mesmo acabando um programa de assistência técnica ele consiga caminhar com suas próprias pernas, então precisa também criar junto com esse.. com essas políticas de contribuição para a agricultura familiar, é espaços para distribuição dos produtos, centros de distribuições dos produtos dos alimentos, mas também indústrias, agroindústrias para as famílias beneficiar seus produtos, estão em grupos, em escala pequena, em escala maior até algo maior. Porque não dá para dizer simplesmente que um agricultor tenha que reproduzir, ele vai investir em um processo exemplo de irrigação, ele vai produzir, mas ele vai entregar a produção dele para quem? Para um atravessador e o atravessador ganha em cima das costas dele, então o governo fez o

quê? ajuda em quê? Então é necessário que ele também consiga contribuir para que ele ajude da base até a ponta, então um processo de um CEASA, por exemplo em Glória não tenho um CEASA, em Glória que é mais perto, então você tem que sair daqui com a produção lá para Itabaiana, Aracaju, Arapiraca se nós somos a capital do Sertão porque não tem um ponto de distribuição dos alimentos aqui mais perto?, não tem o ponto de distribuição por exemplo dentro de Canindé que o povo de Paulo Afonso, Alagoas e o próprio Canindé e o próprio povo de Sergipe poderiam comprar produtos aqui dentro de Canindé, então ia gerar renda e distribuir renda entre esses municípios (JESUS, MPA, 2021, informação verbal).

Eu vejo que, assistência técnica e extensão rural com política pública do mercado institucional né, do mercado institucional recursos disponibilizados para o mercado institucional sem.. com limite por teto de financiamento ou por teto de financiamento não do teto de distribuição mais sem limite de recurso para aquela política pública e aumentar o teto[...] (NETO, MST, 2022, informação verbal).

O estado, ele precisa saber é assim, começou o ano eles precisam saber dentro do território né, que eles atuam se atua, onde é que tem famílias que está organizadas, conhecer o processo de trabalho né, daquele povo para poder entender a logística daquelas famílias, do grupo organizado, do movimento, da associação para poder buscar junto com esse povo é.. projeto de incentivo a agricultura camponesa, se a gente não conseguir ter o estado junto com a gente nesse processo de construir junto a gente nunca vai conseguir evoluir porque, porque são muitas coisas que é muito burocrático, então os agricultores só, organizado ainda faz muita coisa, mas a gente ainda precisa muito do apoio do estado nesse processo assim iniciais, de que eles tem que conhecer a produção, tem que conhecer quem é a organização, quem é o povo para poder assim a gente conseguir mercado, precisa de uma certa forma acompanhar o processo pedagógico que isso eles não conseguem fazer o processo (SANTOS, ACOPASE, 2022, informações verbal).

[...] no decorrer da história acho que o estado deve muito a agricultura camponesa, sabemos que é a agricultura camponesa quem produz a maior diversidade de alimentos, que produziu vários alimentos, é agricultura camponesa que bota os produtos nas feiras livres, mas o compromisso do estado que o governo tem, é muito pouco com agricultura camponesa, então o estado, o governo precisaria em pensar em alguns programas e políticas públicas de incentivo à produção da agricultura camponesa né, auxílios, investimentos, principalmente na área da produção e também na área, acho que são três áreas de destaque, da produção, incentivo para a produção, na área do beneficiamento né, do beneficiamento, agroindústria, pequenas queijaria casas de produção né, e na parte da comercialização precisamos pensar políticas de comercialização dentro do estado, um governo que pensa agricultura camponesa ele precisa pensar num projeto que contemple essas três áreas a produção, a comercialização que é o escoamento após porteira e o beneficiamento pensando como beneficiar esses produtos para que cada vez mais os agricultores sai da mão dos atravessadores(VASCONCELO, MPA, 2022, informações verbal).

tem que fazer um debate onde o estado tenha os programas muito claro tendo em ponto de vista especial produção de alimento com incentivo, como programas mínimos, como incentivo para agroecologia um programa para agroecologia casado com o PNAE, PAA, entregas, fortalecendo feiras locais, fortalecendo pontos de referência a nível de estado, essa articulação que nós a rede e os movimentos tentam fazer o estado deveria dá esse suporte com subsídios, com programas, financiamento a fundo perdido sem dúvida nenhuma para quem produz especialmente na agroecologia, recriar, reformular para que o PAA e o PNAE seja acessível dentro das condições aonde os agricultores consigam inserir os produtos, Se você pegar produtos perecíveis ninguém tem estrutura que se mantenta e se entrega ou muito poucos tem, tem uns esquemão muito forte ali onde os mesmos ganhos as empresas as licitações não e comprido 30% que a lei diz que é os 30% obrigatoriamente mais pode comprar os 100% para merenda escolar etc. mas isso não é feito, então não há vontade política hoje nós precisaria construir isso do ponto de vista de um programa com a produção

de alimentos, com a saúde ,com a educação, com formação, com turismo solidário, enfim (CIBULSKI, REDE BALAIO, 2022, informações verbal).

Neste caso fica evidente as dificuldades enfrentadas pelos camponeses e camponesas na produção, no beneficiamento e na comercialização dos seus produtos, isto corre devido à falta de investimento adequado na agricultura camponesa por parte do estado brasileiro, causando dependência ao sistema agroalimentar convencional. Apesar da falta de incentivo adequado a agricultura camponesa vem demonstrando sua capacidade em produzir alimentos para abastecer a população brasileira, cabe ao estado reconhecer seu papel e criar programas e políticas específicas que atendam aos camponeses e camponesas, prevendo incentivo à produção agroecológica, a construção de unidades de beneficiamento de alimentos, possibilitando os camponeses agregarem renda na elaboração de novos produtos, aumentar a vida útil dos mesmos e acessar novos mercados, investir em centrais de abastecimentos populares onde os camponeses possam concentrar sua produção e interligar a outras regiões em escalas maiores, etc.

Na perspectiva de fazer uma leitura ampla sobre a situação do povo do campo em Sergipe as organizações sociais representativa do campo realizaram o seminário “Campo pelo Campo” que aconteceu no centro de treinamento sindical (Centresir) em são Cristóvão SE no dia 17 de março de 2022 e contou com representantes de movimentos sociais como MST, MPA, da FETASE, da RESEA entre outras organizações. O seminário teve como principal apontamento a construção do plano de Agricultura Familiar e Camponesa para o estado de Sergipe que possibilitará a luta unificada do povo do campo em torno de oito pontos que são: participação institucional, incentivo à produção, beneficiamento e comercialização camponesa, garantia de direitos sociais e humanos no campo, canal de Xingó, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, combate ao uso de agrotóxico e ações voltadas para as mulheres e juventude camponesa (MST, 2022).

5.4 Ações e estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia pelas organizações representativas da agricultura camponesa em Sergipe.

Segundo Mauro Luís Cibulski (2022), coordenador da rede balaio no estado de Sergipe, durante a pandemia as organizações sociais do campo buscaram no primeiro momento entender

a gravidade do que estávamos vivendo no Brasil e no mundo e organizar suas ações. Para ele a primeira movimentação foi em torno dos cuidados de prevenção a contaminação da COVID-19 através de campanhas como a “fique em casa que continuamos produzindo seus alimentos” lançada pelo o Movimento dos Pequenos Agricultores com o objetivo de incentivar o isolamento produtivo no campo e produção de alimento para abastecer a cidade, a segunda movimentação segundo ele foi no campo da pauta reivindicatória buscando dialogar com o poder público mas sem muito êxito no acolhimento das demandas da agricultura camponesa tanto por parte do governo do federal e estadual. A terceira movimentação foi em torno das campanhas de solidariedade e traz como exemplo a campanha tempo de cuidar da CNBB e o mutirão contra a fome do MPA que se uniram no estado de Sergipe juntamente com a Caritas nordeste 3 para levar alimentos da agricultura camponesa a famílias em situação de fome através da solidariedade camponesa e a capitação e arrecadação financeira e por último foi criação de canais de comercialização alternativos com o balaio solidário e a cesta camponesa desenvolvidas pela a rede Balaio e a rede Raízes do Brasil.

O movimento buscou várias estratégias, seja no aspecto formativo, seja no aspecto produtivo, olhando no aspecto da produção do alimento, do aspecto do abastecimento popular a gente teve um aspecto que foi construído de fortalecer as redes de comercialização a partir de cestas, a partir vamos dizer, acho que nós construiu uma estratégia de cada vez mais o produto ser entregue direto ao consumidor, uma das ferramentas foram as cestas camponesa. Teve outras estratégias construídas como algumas roças, alguns mutirões, isso também faz parte do aspecto de estratégia de enfrentamento. [...] (VASCONCELOS, 2022, informação verbal).

com relação aos cuidados né, então foi incentivado muito a gente tomar os cuidados, fazer exercícios físicos, atividades físicas, tomar chás, fortalecer a nossa imunidade com sucos, com chás, com o uso do mel, então no período da pandemia houve muito as trocas de receitas caseiras entre as famílias para aumentar essa imunidade, então isso foi algo muito pensado principalmente pelas mulheres, incentivadas né, pelas as mulheres que fazem isso naturalmente [...] também uso das plantas medicinais não só usar elas mas também plantar essas plantas perto de casa, então também contribui com isso né, e.. a doação de alimentos teve foi estratégias usadas para que a gente conseguisse levar comida, alimento para as famílias dos municípios que a gente tá perto e tinha possibilidade de estar fazendo essa doação né, ser uma pessoa que está preocupado com o outro, com relação social. Mas, e economicamente teve as cestas, as entregas domiciliares que a gente fazia essas entregas, ainda faz né, muita gente criou o próprio disque que entrega, então a pessoa fazia a sua compra e a gente entregava com os cuidados, com tudo certo, com tudo limpinho usando de fato as orientações, seguindo as orientações do Ministério da Saúde (JESUS, 2021, informações verbal).

[...] uma das estratégias adotados e construídas foi o mutirão contra a fome né, foi uma campanha nacional que foi lançada para que a gente pudesse enfrentar um pouco a questão da fome e o mutirão contra a fome ele tinha o principal foco a doação de alimento, mas que esses alimentos viesse da agricultura camponesa, então nas mesmo maneira que a gente estava doando os alimentos a gente também quando adquirir algum recurso esses alimentos eram comprados da agricultura camponesa [...] o mutirão contra a fome ele trabalhava com vários aspectos como trabalha né, um é esse na compra de alimentos direto do agricultor, da entrega dos alimentos da cestas básica

para as famílias que estão passando fome e outra da organização popular né, formar os comitês, os comitês de abastecimento popular nos bairros, nas periferias, nas comunidades para pensar saídas de enfrentamento a fome (VASCONCELOS, 2022, informação verbal).

Então assim, uma estratégia nossa enquanto ACOPASE, mas também é movimento uma estratégia da gente se manter vivo nesse momento de pandemia, manter na vivo fé, manter vivo na mística, na alimentação, foi ficar na roça produzindo alimento né, acho que nossa maior resistência ela tá ali plantando, acreditando que todo esse processo vai passar e que pelo menos se a gente não tivesse o dinheiro de comprar o alimento ou se faltasse alimento, mas a gente tinha um feijão, um milho para fazer uma pipoca para não morrer de fome (SANTOS, 2022, informação verbal).

Como podemos perceber os movimentos e organizações sociais cumpriu e continua cumprindo papel fundamental na organização coletiva do povo para superar as crises enraizadas no país e agora aprofundadas com pandemia de COVID-19, através de suas estratégias de prevenção e combate ao vírus com campanhas de confecção e distribuição de máscaras, campanhas de incentivo ao isolamento social, divulgação de matérias informativos com as orientações da Organização Mundial da Saúde, o incentiva ao cuidado pessoal através da pratica de exercício físico e o uso de mel, chás e outros alimentos que contribuem para o aumento da imunidade, no campo da reivindicação de políticas públicas e ações do estado para a superação destas crises, na construção de mecanismos autônomos de produção e comercialização dos produtos dos camponeses e camponesas e na criação de campanhas de solidariedade levando alimentos saudáveis a famílias em situação de fome neste momento de crise sanitária, social, econômica e política que aprofunda a qualidade de vida da população. Vale-se enfatizar a relevância do saber camponês na resistência e sobrevivência da agricultura camponesa, aprendendo com a natureza, com o comportamentos das plantas, dos animais e do meio ambiente, construindo um saber que transforma e promove a mudança da sua realidade, da sociedade e do mundo (PLANO CANPONÊS, 2019).

Atuando nesta perspectiva da pauta reivindicatória em 2020, a Via Campesina em Sergipe, entregou uma carta ao Governo de Sergipe onde reivindicou-se a construção e efetivação de um plano emergencial de produção de alimentos e abastecimento popular para assegurar a produção de alimento e abastecimento a curto e médio prazo no estado. Entre as reivindicações estavam: Agilidade no processo do Programa Estadual de Sementes para assegurar a aquisição e a distribuição imediata junto aos agricultores e agricultoras que precisam plantar ainda nesse período de chuva, a retomada imediata do Programa de Compra Direta de Alimentos dos agricultores (PAA) para distribuição à população de baixa renda e a garantia da compra dos produtos dos camponeses via PNAE, criação de um crédito benefício no valor mínimo de R\$1.000,00 para todas as famílias que vivem no campo organizarem áreas

de plantio de feijão, milho e outras culturas para assegurar o abastecimento nos próximos meses em todas as regiões do estado, construção de um programa especial para retomada e fortalecimento das pequenas fabriquetas de queijos no estado (VIA CAMPESINA, 2020).

Como resultado das reivindicações dos movimentos sociais que compõem a via campesina em Sergipe o governo através de termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca e a secretaria da inclusão e Assistência Social, lançaram em 2020 chamada pública para aquisição de variados gêneros alimentícios da agricultura familiar Camponesa, retomando o programa estadual de aquisição de alimentos dos agricultores (PAA), sendo aplicado o valor de 563.488,13 na compra destes alimentos que foram distribuídos a famílias em situação de insegurança alimentar (GOVERNO DE SERGIPE, 2020).

Além da luta em torno da pauta reivindicatória as organizações representativas da agricultura camponesa vem criando junto com os agricultores e agricultoras mecanismos e formas de quebrar a dependência do sistema agroalimentar através da criação de alternativas de abastecimento popular de alimentos, de forma independente do estado e das organizações capitalistas através de redes de comercialização. Em Sergipe podemos citar a experiência da rede balaio e da rede raízes do Brasil Sergipe que são construção da Caritas Brasileira Nordeste III e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que durante a pandemia vem construindo a experiência da cesta camponesa que levam alimentos agroecológicos produzidos por camponeses de todo o estado para as cidades de Aracaju, Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco como forma de *Delivery*, criando canais alternativos de comercialização contribuindo para a autonomia do agricultores e agricultoras do estado (RAIZES DE BRASIL, 2021).

Outra estratégia adotada pelas organizações sócias foi a criação de campanhas de solidariedade como forma de contribuir no combate ao aumento da fome, um dos principais feito da pandemia. No ano de 2014 o Brasil deixa o mapa da fome estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), isto foi possível devido ao compromisso dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com pauta da fome implementando uma serie de políticas públicas de garantia do direto constitucional à alimentação, mas infeliz o cenário de fome retorna ao nosso país, em 2020 atingindo patamares próximos aos de 2004 como aponta a Rede Pensam (PAJOLLA, 2021).“A fome alimenta o modo de produção capitalista e dela abre outras possibilidades de exploração, opressão e subalternização” é neste contexto que os

movimentos e organizações sócias vem denunciando e construindo ações de enfrentamento a fome e as todas formas de desigualdades, inicia uma grande rede de solidariedade camponesa com criação de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para a compra de alimentos dos agricultores e agricultoras como forma de contribuir na geração de renda dos camponeses e levar alimentos saudáveis às pessoas em situação de fome, como a campanha permanente Mutirão Contra a Fome, que realizou a doação de cerca de 4 milhões de kg de alimentos, distribuídos em mais de 250 mil cestas de alimentos contribuindo com a alimentação de mais de 70 mil famílias dos bairros populares principalmente das capitais (MPA et al., 2021).

A pandemia, ela veio e mudou o contexto radicalmente de todo o povo brasileiro né, não só do povo brasileiro mas o povo de outros países e aqui tanto do povo do campo quanto da cidade teve várias alterações no modo de vida né. acho que o povo do campo né também várias coisas mudaram, primeiro muito do nosso povo fazia o processo de comercialização e feira e tiveram que construir em outros processos de comercialização em cesta em delivery uma comercialização mais direta que nesse processo da comercialização durante a pandemia muito contexto mudou os camponeses a vida no campo conseguimos organizar mais processo de comercialização com a solidariedade né, comprando alguns produtos para o mutirão contra fome como também para a campanha é tempo de cuidar então houve um processo de mudança nesse sentido no processo de comercialização e no cotidiano geral da vida do camponesa mudou os filhos não foram mais para a escola ficaram em casa e o processo da produção também houve um processo de mudança no sistema de comercialização sobretudo, os produtos da escoação alguns perderam os produtos logo no início da pandemia como algumas fabriquetas de leite fecharam nos primeiros período nos meses os produtos também de frutas e tal então Isso muda o cotidiano da vida camponesa (VASCONCELOS, 2022, informação verbal).

Uma situação recorrente pelo país no início da pandemia, em que o desespero tomou conta da população e reduziu-se drasticamente a circulação de pessoas, foi a perda de alimentos pelos produtores. Em Sergipe não foi diferente, como aponta Elielma em sua fala, em que muitos produtores tiveram dificuldade de escoar os sua produção. O que é válido tanto para os produtos de origem vegetal, como frutas e hortaliças, quanto os derivados lácteos – um mercado consolidado do alto sertão sergipano. Isto ocorreu devido os sistemas agroalimentares sofrerem captura hegemônica do capital, implicando na dependência dos camponeses em escoar e comercializar sua produção. Por fim, destaco o papel do agronegócio na geração de crises sanitárias, ambiental, social, econômica e política, através de seu modelo que destrói os ecossistemas, produz monoculturas e transforma os alimentos em commodities na busca do lucro acima da vida. E do outro lado a agricultura camponesa vem cumprindo papel importante buscando estratégias de superação destas crises, através da produção agroecológica, da solidariedade camponesa, da luta permanente em torna das pautas de reivindicação e denúncia e na criação de estratégias que possibilite a autonomia dos camponeses como exemplos o

sistema de abastecimento alimentar popular que vem buscando organizar a produção e distribuição de alimentos agroecológicos fortalecendo o vínculo entre o produtor e consumidor em torno dos alimentos saudáveis, mostraram-se como alternativa viável e efetivas que tendem a permanecer, mesmo depois da pandemia, como já se mostra no momento atual (CARNUT; MENDES; GUERRA, 2021).

6. CONCLUSÕES

Em Sergipe a atuação do MST dá-se em todas as regiões do estado. O MPA tem atuação nos municípios de Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Gararu, Neópolis, Japoatã, Propriá, Ilha das Flores, Brejo Grande, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. Já área de atuação da ASA compreende os 29 municípios das regiões do alto sertão, médio sertão, centro sul sergipano e a região agreste do estado formando o semiárido legal. A ACOPASE desenvolve atividades nos seis municípios do alto sertão sergipano, sendo Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora da Glória. A rede Balaio tem como área de abrangência os estados de Sergipe e Bahia.

A fome, o desemprego, a evasão escolar, o fechamento de feiras livres, o aumento da pobreza, foram apresentadas como os principais efeitos causados pela pandemia em Sergipe, tendo como estratégia adotadas pelas organizações sociais a luta em torno de pautas reivindicatórias de políticas públicas e ações do estado para a superação dos efeitos causados, na construção de mecanismos autônomos de produção e comercialização dos produtos dos camponeses e na criação de campanhas de solidariedade levando alimentos saudáveis a famílias em situação de fome durante a pandemia. Ressalta-se a atuação do estado brasileiro de forma perversa na garantia de direitos básicos humanos nos últimos períodos, demonstrando a incapacidade das políticas neoliberais e do modelo hegemônico do sistema alimentar brasileiro em dar resposta às necessidades humanas.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE (Sergipe). 13/05/2020. **Estatuto Social**, [S. l.], 17 dez. 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**, Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BREITENBACH, Raquel. Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia na Agricultura Familiar. **Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia na Agricultura Familiar**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <http://www.desafioonline.ufms.br>. Acesso em: 7 out. 2021.

Bem-vindos e bem vindas ao nosso espaço de relação e construção da aliança campo e cidade pela alimentação saudável. [Sergipe], 08 out. 2021. Instagram: @raizesdobrasil.se. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CUxkV5TL_oj/?utm_medium=copy_link

CARVALHO, Horácio Martins. **LUTAS SOCIAIS DO CAMPESINATO NA CONTEMPORANEIDADE NO BRASIL**, Boletim DATALUTA, p. 1-8, 2015. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 28 set. 2021.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. ISBN 978-85-98768-64-9 (EPSJV), 978-85-7743-193-9 (Expressão Popular).

COELHO, Larissa; MAIA, Rodrigo. Mais de 2 milhões de alunos de áreas rurais não tiveram acesso a ensino digital. **CNN Brasil**, [S. l.], p. 1, 19 jul. 2021.

CARVALHO, Horacio Martins. **REFLEXÃO A FAVOR DOS CAMPONESES. NA SOMBRA DA IMAGINAÇÃO (1)**, [s. l.], 2010.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas; GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Da pandemia ao pandemônio? Sistemas agroalimentares, coronavírus e Sistema Único de Saúde. **Argumentum**, [s. l.], v. 13, ed. 2, p. 126-145, 2021.

CARVALHO, Horácio Martins. **O Campesinato no Século XXI**. Petrópolis, 2005.

CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, VIII., 2020, Montevideo, Uruguay. **Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) a Experiência de Comercialização de Alimentos do MPA-RJ [...]**. [S. l.: s. n.], 2020.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: Ensinamentos do caso brasileiro e francês**, [s. l.], 2 jun. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa *et al.* Produção de alimentos e segurança alimentar no Brasil durante a pandemia. **Negacionismo e pandemia: um debate sobre ciência, política, cultura, economia e sociedade**”, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 150-170, 28 mar. 2021. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/87. Acesso em: 8 out. 2021.

FIOCRUZ, **Estudo apresenta dados sobre impactos da pandemia no semiárido**, [s. l.], 21 set. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-apresenta-dados-sobre-impactos-da-pandemia-no-semiarido>. Acesso em: 8 out. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Observatório da desigualdades. **MÁQUINA DO TEMPO: O Brasil de volta ao Mapa da Fome**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://uenf.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Boletim-14-O-Brasil-de-volta-ao-Mapa-da-Fome.docx-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

GOVERNO DE SERGIPE (Sergipe). EMDAGRO. Emdagro vai a campo e mapeia impactos da pandemia nos agricultores atendidos. **Empresa de Desenvolvimento Agropecuária de**

Sergipe , [S. l.], p. 1, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://www.emdagro.se.gov.br/emdagro-vai-a-campo-e-mapeia-impactos-da-pandemia-nos-agricultores-atendidos/>. Acesso em: 14 out. 2021.

GÖRGEM, Frei Sérgio Antônio. **Trincheiras da Resistência Camponesa: Sob o pacto de poder do agronegócio**. Candiota,RS: Instituto cultural Padre Josimo, 2017. 616 p. ISBN 978-85-62395-17-8.

GOVERNO DE SERGIPE (Sergipe). Seagri. Relatório de Atividades 2020: Secretaria de Agricultura e Vinculado a Endrago e Cohidro. **Relatório de Atividades 2020**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.seagri.se.gov.br/uploads/transparencia/T210604093902.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

GORVENO DE SEGIPE (Sergipe). Seduc. Relatório de Gestão 2020: Secretaria do Estado de Educação, do Esporte e da Cultura. **Relatório de Gestão 2020**, [s. l.], 2020. Disponível em:<https://siae.seduc.se.gov.br/siae.servicefile/api/File/Downloads/8253b134-022b-41be-b1e7-e2168131ea4c>. Acesso em: 10 out. 2021.

JESUS, Maria dos Santos. Depoimento [Entrevista cedida a] Samuel Lima. Questionaria Semiestruturado. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso Agricultura Camponesa e as Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19 no Estado de Sergipe. Canindé do São Francisco /SE, 2021.

LEWER, Rafael Fernando. **O CAMPESINATO NO PAÍS DO AGRONEGÓCIO: Estratégias de reprodução do Movimento de Pequenos Agricultores**. 2016. Conclusão de curso de graduação (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Fronteira Sul, [S. l.], 2016.

LANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo, Brasiliense,2004.

MPA (País). **Plano Camponês: Construindo o novo caminho da roça IV**. Brasília: [s. n.], 2013.

MPA (Brasil). O Campesinato e a Agricultura Camponesa no Brasil: Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular. *In: O CAMPESINATO e a Agricultura Camponesa no Brasil*. [S. l.: s. n.], 2013. cap. A Agricultura Camponesa e o Agronegócio, p. 13-19.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). FUNDJ. PROGRAMA DE CISTERNAS ENFRENTA “SECA” DE RECURSOS E FOME BATE À PORTA DO SEMIÁRIDO. **Gov.br**, [S. l.], p. 1, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/tecnologias-de-convivencias-com-as-secas/programa-de-cisternas-enfrenta-201cseca201d-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido-1>. Acesso em: 11 maio 2022.

MPA (Brasil). Coletivo Nacional de Soberania Alimentar *et al*, (org.). **MUTIRÃO CONTRA A FOME**. [S. l.: s. n.], 2021. ISBN 978-65-997499-1-9.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MPA (Brasil). Cesta Camponesa em casa: união de organizações populares garante alimentos agroecológicos na mesa de famílias sergipanas. *In: As cestas são resultado da união entre a Cáritas Regional Nordeste III, a Rede Balaio e o Movimento de Pequenos Agricultores(MPA)*. [S. l.], 9 jul. 2021. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/cesta-camponesa-em-casa-uniao-de-organizacoes-populares-garante-alimentos-agroecologicos-na-mesa-de-familias-sergipanas/>. Acesso em: 13 maio 2022.

CIBULSKI, Mauro Luís. Depoimento [Entrevista cedida a] Samuel Lima. Questionaria Semiestruturado. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso Agricultura Camponesa e as Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19 no Estado de Sergipe. Aracaju/SE, 2022.

NETO, João Alexandre de Freitas. Depoimento [Entrevista cedida a] Samuel Lima. Questionaria Semiestruturado. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso Agricultura Camponesa e as Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19 no Estado de Sergipe. Nossa Senhora da Glória/SE, 2022.

NETO, Manoel Antônio Oliveira. Depoimento [Entrevista cedida a] Samuel Lima. Questionaria Semiestruturado. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso Agricultura Camponesa e as Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19 no Estado de Sergipe. Aracaju/SE, 2022.

O PLANO Camponês. / Frei Sérgio Antônio Görgen, organizador Candiota, RS: Instituto cultural Padre Josimo, 2019. 136 p. v. 1. ISBN 9788562395222.

PORTO, Marcelo Firpo. No meio da crise civilizatória tem uma pandemia: desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias. **No meio da crise civilizatória tem uma pandemia**, Rio de Janeiro, p. 1-9, 27 maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22239/2317-269x.01625>. Acesso em: 7 out. 2021.

PETERSEN, Paulo Frederico; WEID, Jean Marc von der; FERNANDES, Gabriel Bianconi. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Gestão ambiental na agricultura**, Informe Agropecuário, 2009.

PAJOLLA, Murilo. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU?: Após mudanças de abordagem, a Organização não utiliza mais a ferramenta para comunicar os dados da fome no mundo. **Fome de Volta**, Brasil de fato, p. 1, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>. Acesso em: 17 maio 2022.

PETERSEN, Paulo. Campesinato, soberania alimentar e abastecimento popular. In: SILVA, Marcelo Leal Teles da *et al*, (org.). **Crise sistêmica: veredas estratégicas**. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 150-160. ISBN 978-65-87389-08-0.

REDE PENSSAN (Brasil) (org.). **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2021. ISBN 978 65 87504 19 3. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, II., 2017, Salvador - BA. **CONTRIBUIÇÕES DO PLANO CAMPONÊS PARA O SEMIÁRIDO NORDESTINO** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. 13 p.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. Expressão Popular: [s. n.], 2012. 320 p.

SCHNEIDER, Sergio et al. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. Estudos avançados., São Paulo , v. 34, n. 100, p. 167-188, Dec. 2020.

Seminário “Campo pelo Campo” aponta a construção de Plano de Agricultura Familiar e Camponesa para o Estado de Sergipe. [Sergipe], 17 mar. 2022. Instagram: @mstsergipe. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbP6cA0uIYZ/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

SILVA, Márcio Gomes da. Trabalho, agricultura camponesa e produção do conhecimento agroecológico. **Inter-Ação**, [s. l.], 21 jul. 2017.

SOBRE NÓS - HISTÓRIA: QUEM SOMOS. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 12 maio 2022.

SANTOS, Iva de Jesus. Depoimento [Entrevista cedida a] Samuel Lima. Questionaria Semiestruturado. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso Agricultura Camponesa e as Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19 no Estado de Sergipe. Monte Alegre/SE, 2022.

SCHAPPO, Sirlândia Schappo. **Fome e Insegurança Alimentar em Tempos de Pandemia da Covid-19**. [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.cisama.sc.gov.br/assets/uploads/6edaf-artigo_fome_inseguranccca7aalimentar.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

VASCONCELOS, Elielma Barros. Depoimento [Entrevista cedida a] Samuel Lima. Questionaria Semiestruturado. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso Agricultura Camponesa e as Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19 no Estado de Sergipe. Monte Alegre/SE, 2022.

APÊNDICE 1

ANEXO 01: ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA – LIDERANÇAS

Nº entrevista: _____

Entrevistada _____ Data: ___/___/___

Organização: _____

Caracterização socioeconômica

1. Ano de função - _____
2. Endereço _____
3. Área de atuação () estadual () regional () municipal
4. Você se reconhece uma pessoa branca, preta/negra, branca, indígena ou amarela*? Ou alguma outra? _____
5. Quantas pessoas faz parte da organização? _____
6. Quais atividades econômicas são desenvolvidas pela a organização?

7. Quais canais de comercialização são geralmente utilizados?

Contexto de Pandemia

Você pode me dizer se a pandemia mudou a rotina do povo que vive no campo, e se sim, de qual forma? As informais de prevenção de COVID – 19 foram acessíveis aos camponeses? Como foi a adesão à vacinação? Como avalia o papel do SUS? A produção de alimentos foi afetada? Interferiu na comercialização? Em algum momento durante a pandemia vocês tiveram dificuldade de escoar a produção? Teve interferência na renda das famílias camponesas? Você consegue destacar os principais efeitos da pandemia na vida do povo camponês?

Atuação governamental

Como avalia a atuação dos governos federal, estadual e municipal durante a pandemia? Tem conhecimento de ações emergenciais específicas para a agricultura camponesa familiar? Se sim, quais? Os camponeses tiveram acesso ao auxílio emergencial? Vocês tem conhecimento dos programas PNAE e PAA? Se sim, como avaliam o papel que eles cumprem? Eles são acessíveis? Qual deve ser o compromisso do estado com a agricultura camponesa?

Estratégias de enfrentamento aos efeitos da pandemia

Vocês adotaram algumas estratégias para enfrentar os efeitos da pandemia? Se sim, quais? Quais estratégias foram adotadas para minimizar o contágio da COVID-19? Quais estratégias adotadas com o fechamento de canais de circuitos-curtos de comercialização? Quais ações foram adotadas para diminuir os efeitos sociais como a fome, entre outros?



APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS DO SERTÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa intitulada:

AGRICULTURA CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DE SERGIPE, cujo objetivo é analisar as estratégias de enfrentamentos aos efeitos da pandemia do COVID-19, adotadas por associações, cooperativas, grupos produtivos informais e movimentos sociais que representam a agricultura camponesa no estado de Sergipe. Participando do estudo você está sendo convidado responder um questionário semiestruturado, com perguntas subjetivas norteadoras de cunho social, cultural, econômico e ideológica sobre as estratégias de enfrentamentos aos efeitos da pandemia do COVID-19, adotadas por organizações que representam a agricultura camponesa no estado. Esta pesquisa Justifica-se a importância forma de obter informações sobre o papel do estado na superação destes e efeitos e a importância da organização social dos camponeses frente a pandemia, com isso espera-se que os resultados desta pesquisa proporcionem maior reflexões entorno dos efeitos da pandemia e as estratégias de enfrentamento contribuindo na superação dos mesmo. Esta pesquisa apresentará riscos mínimos para sua saúde, pois trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de um questionário semiestruturado com perguntas subjetivas norteadoras, que poderá ser respondido de forma virtual e presencial seguindo protocolo de prevenção ao COVID-19 reduzindo o riscos iminentes de contágio, morte ou invalidez. O tipo de risco mais provável é a possibilidade de exposição de informações pessoais, que, entretanto, será minimizado por meio da garantia de sigilo de informações obtidas na pesquisa. Para excluir ou minimizar quaisquer riscos relativos à perda de confidencialidade, o conteúdo das entrevistas será protegido em arquivo digital com senha forte em computador protegido com software antivírus, de acesso restrito ao pesquisador. A sua identificação e sua privacidade será respeitada, ao aceitar participar da pesquisa, você tem a opção de aceitar ou não ser identificado, marcando na opção abaixo. A qualquer tempo, antes da publicação dos dados, o participante pode alterar esse posicionamento sem quaisquer prejuízos ao participante. Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis: Profa. Dra. Jane Delane Reis Pimentel Souza, pelo telefone (79) 996414149; e-mail: jdrps@academico.ufs.br, e Samuel Carlos Pereira Lima (79) 99863-3054 e-mail: samuellima@academico.ufs.br. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas da pesquisa, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, telefone: 31947208.

Eu, como pesquisador responsável pelo estudo, asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido

uma cópia deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador:_____ Rubrica do participante:_____

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter sido esclarecido sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu responsável LEGAL)

Você aceita ou não ser identificado:

() aceito que ser identificado.

() quero que seja mantido sigilo.